

Capítulo VI

O jornalismo de imprensa no Portugal democrático

Portuguese press and democracy

Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade
do Porto / CITCEM

hllima@letras.up.pt

ORCID: 0000-0003-3023-6412

Ciência ID: 451F-FE7D-B94A

Resumo: Este capítulo trata a imprensa noticiosa generalista portuguesa e as principais transformações ocorridas, depois do 25 de Abril de 1974. A Revolução implicou um conjunto de transformações e todos os meios de comunicação foram afetados pelos acontecimentos políticos. O derrube da ditadura provocou a abolição do exame prévio, bem como a politização e radicalização política. A liberdade de expressão levou à alteração dos conteúdos noticiosos e a abundância de acontecimentos noticiáveis imprimiu um ritmo inédito à informação. O estudo das primeiras de diários generalistas nacionais, para o período entre o 25 de Abril e 1º de Maio de 1974, permitem perceber as alterações da agenda noticiosa nestes primeiros dias da Revolução. O ano que se seguiu foi de luta política e convulsão social e as eleições de abril de 1975 tornaram-se um ponto central para o futuro de um regime democrático e, em consequência, um tema central para a imprensa. Pela primeira vez em quase 50 anos, os jornalistas tiveram a possibilidade de cobrir um acontecimento de grande valor-notícia enquanto imprensa livre. As eleições não foram reconhecidas unanimemente como essenciais e alguns dos principais responsáveis militares e organizações de esquerda não as reconheceram como representativas da vontade popular. Procura-se abordar aqui o agendamento desta temática, em diferentes jornais portugueses, bem como os enquadramentos decorrentes das clivagens políticas naquele período. Na consequência do período revolucionário e de quase uma década em que o setor público foi dominante, a imprensa escrita sofreu de problemas de sustentação, tendo como principais razões o aumento dos custos de produção, o passivo acumulado, o decréscimo nas vendas e na publicidade. Neste estudo são abordados os contextos de desenvolvimento da imprensa generalista, para as décadas de 80/ 90, tendo como ponto de partida, as orientações editoriais de novos títulos, como o *Expresso*, *Correio da Manhã*, *Tal & Qual*, *Semanário*, *Independente* e o *Público*, todos de iniciativa privada.

Palavras-chave: Revolução, eleições, imprensa estatizada, crise, valor-notícia, orientação editorial.

Abstract: This chapter tackles the Portuguese press and the main transformations that took place after the 25th of April 1974. The Revolution implied a set of transformations and all the media were touched by political events. The overthrow of the dictatorship provoked the abolition of the censorship, as well as the politicization and radicalized stands in society. Freedom of expression opened way to changes in news content and the abundance of news events gave it an unprecedented pace. The study of the covers in Portuguese dailies, between the 25th of April and the 1st of May 1974, allows us to perceive the changes in the news agenda in these first days of the Revolution. The year that followed was one of political struggle and social upheaval, and the elections of April 1975 became a central point for the future of a democratic regime and, consequently, a central subject for the press. For the first time in almost 50 years, journalists were able to cover an event of great news value as a free press. The elections were not unanimously recognized as essential and some of the main military officials and left-wing organizations did not recognize them as representing the popular will. Here, we seek to address the elections agenda, in different Portuguese newspapers, as well as the frameworks resulting from the political cleavages in that period. As a result of the revolutionary period and almost a decade in which the public sector was dominant, the written press suffered from sustainability problems, the main reasons being the increase in production costs, the accumulated liabilities, the decrease in sales and advertising. In this study, the development contexts of the general press for the 1980s and 1990s are addressed, parting from the editorial guidelines of new titles, such as *Correio da Manhã*, *Tal & Qual*, *Semanário*, *Independente* and *Público*, all from the private sector.

Keywords: Revolution, elections, nationalized press, crisis, news value, editorial orientation.

Introdução

Este capítulo sobre a imprensa noticiosa generalista portuguesa trata as principais transformações ocorridas com a Revolução do 25 de abril de 1974, o período em que a imprensa estatizada foi dominante no plano conjuntural e as transformações ocorridas com a liberalização deste setor, o aparecimento de novos títulos e as novas condições para o desenvolvimento de um jornalismo moderno e dinâmico.

Do ponto de vista metodológico, grande parte da investigação aqui apresentada resulta da pesquisa anteriormente publicada e que aponta vários dos contextos que enformaram o quadro de desenvolvimento da imprensa generalista noticiosa portuguesa, nomeadamente no que se refere ao período revolucionário e à fase subsequente da imprensa nacionalizada. Entendemos que os eixos conjunturais devem ser vistos como elementos interpretativos dos fenómenos que influenciaram os jornais e o jornalismo nos períodos tratados.

Os elementos de inovação do capítulo estão mais diretamente ligados a investigação parcelar, que tem sido realizada de forma sistemática, quer no tratamento de alguns conteúdos noticiosos, quer no estudo dos modelos editoriais de alguns dos jornais que pontuam a história da imprensa neste período. Falta, claramente, um maior investimento no estudo da história da notícia. Este é necessário para melhor se entender a evolução do processo de produção noticiosa na democracia portuguesa, bem como formas de consumo, circulação, e outras vertentes em que o jornalismo se insere. Nesse sentido, o capítulo sofre desta fragilidade, mas as condições para a realização da pesquisa aqui apresentada tiveram limitações e houve que optar por vias mais pragmáticas que pudessem produzir alguns resultados mais inovadores. Será desejável, em investigações futuras, continuar o estudo da imprensa neste período da III República, mais vocacionada para a história da notícia e das configurações editoriais.

6.1. A Revolução de Abril e os jornais

O 25 de Abril de 1974 foi amplamente noticiado pela imprensa generalista portuguesa. A apresentação de provas à censura determinou a forma como os diários noticiaram o golpe militar, o que gerou edições e tempos diferentes, mas também em razão da procura do público. Em primeira ou segunda edição os diários deram a notícia a toda a página. O *Diário de Notícias*, na 2ª tiragem tinha como manchete “Às primeiras horas da madrugada de hoje eclodiu um movimento militar” e como subtítulo, “A substituição do atual regime”. Os jornais da tarde traziam também manchetes, já mais atualizadas, em função da hora de fecho. Na *Capital* lia-se a toda a página, “Movimento das Forças Armadas desencadeia acção de madrugada”. O *Diário Popular* optou “Movimento da Forças Armadas preconiza entrega do poder aos militares”, acompanhado por uma fotografia com um tanque na “baixa” de Lisboa. O *República* fez três edições e a capa anunciava “As Forças Armadas tomaram o poder”, seguido das fotografias de Costa Gomes e António de Spínola. O *Diário de Lisboa* apresentou uma capa com mais texto e o título “O Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora”, mas incluía já o “Comunicado do Movimento”. O *Século* só anunciou o triunfo da Revolução a 26 de Abril, com “Triunfou o Movimento da Forças Armadas” e “O General Spínola preside à Junta de Salvação Nacional”, seguida de corpo de texto e incluindo na capa várias fotografias e uma nota editorial. Nos jornais do Porto, o *Jornal de Notícias* fez

uma edição especial com “Movimento das Forças Armadas desencadeado em todo o País”, com informação sobre o golpe e fotografia das tropas na Avenida dos Aliados. Também no dia seguinte, *O Primeiro de Janeiro* publicava, a 26, “O Movimento das Forças Armadas derubou o governo de Marcelo Caetano”, mas incluía outras informações como a proclamação do Movimento e restituição das liberdades cívicas, bem como declarações de Mário Soares. *O Comércio do Porto*, igualmente a 26 de abril, anunciava o êxito do golpe militar e “Proclamação da Junta Nacional”, ilustrado com fotografias de diferentes militares, das tropas no terreno e de populares.

A Revolução de Abril alterou as páginas dos jornais de forma imediata, mas para além das notícias do dia seguiram-se um conjunto de transformações que resultaram da evolução da conjuntura política, económica e social. As mudanças seriam também sentidas nos planos legislativo, na propriedade, no tecido social, quer nos meses imediatos, quer ao longo de todo o ano seguinte. Em consequência, os conteúdos noticiosos também se alteraram, sendo que as condições conjunturais viriam a influenciar os meios de comunicação social, segundo diferentes vertentes. Dentro desta dinâmica ganharam particular relevância os acontecimentos políticos: verificou-se uma multiplicação da matéria noticiável, não só pela abolição da censura, mas também pelo grande fluxo de informação que chegava às redações.

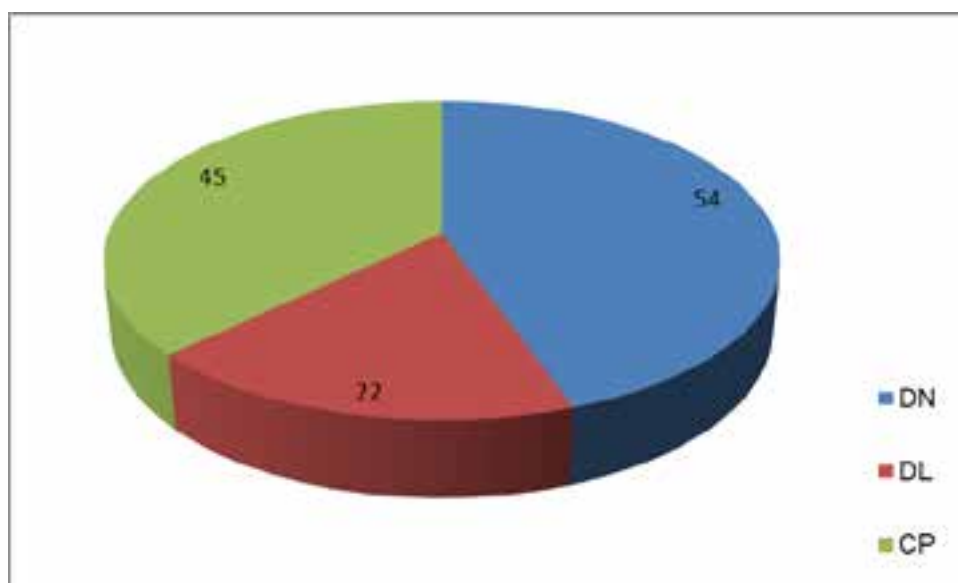
A revolução portuguesa transformou profundamente toda a atividade informativa. A primeira e mais óbvia das novidades prende-se com os próprios acontecimentos políticos, já que os jornalistas passaram a ter um enorme manancial de factos, que exigiam cobertura noticiosa. Esta nova dinâmica levou a uma transformação dos conteúdos. As primeiras páginas dos jornais constituem, assim, um espelho deste processo, quer pela factualidade noticiada, quer pelos enquadramentos jornalísticos desenvolvidos.

A título de exemplo, são apresentados os dados relativos às primeiras páginas de três jornais portugueses, que representam a diversidade de formatos existente naquele período, a nível nacional. Dois matutinos *Diário de Notícias* e *Comércio do Porto* e um vespertino, o *Diário de Lisboa*.

A amostra aqui apresentada incide sobre 121 notícias recolhidas entre o 25 de Abril e 3 de maio de 1974 e evidencia uma grande disparidade entre os dois diários da capital. A primeira nota a destacar é que o número de dias não é idêntico nos três jornais.

Gráfico 1

Número de notícias recolhidas entre 25 de Abril e 3 de maio de 1974.



Fonte: produção própria.

O *Diário de Notícias* é o jornal com mais dias contabilizados, porque estão disponíveis duas edições para o dia 25 de Abril e porque se publicou nos dias 1 e 2 de maio. No *Diário de Lisboa*, são apenas vistos sete dias e os dois primeiros são segundas edições. No dia 1 de maio não houve jornal, mas a reportagem sobre este dia saiu a 2. No *Comércio do Porto* foram vistos oito dias e todos de edição normal. O 1º de Maio foi noticiado a 3, porque *O Comércio* encerrou naquela data e no dia seguinte não se publicou.

Quanto à média de notícias publicadas na primeira página, o *Diário de Notícias* apresenta 9, valor aproximado que se vai manter nos meses seguintes. A única exceção a esta tendência é no dia 2, quando a manchete é o 1º de Maio e onde se publicam apenas duas notícias.

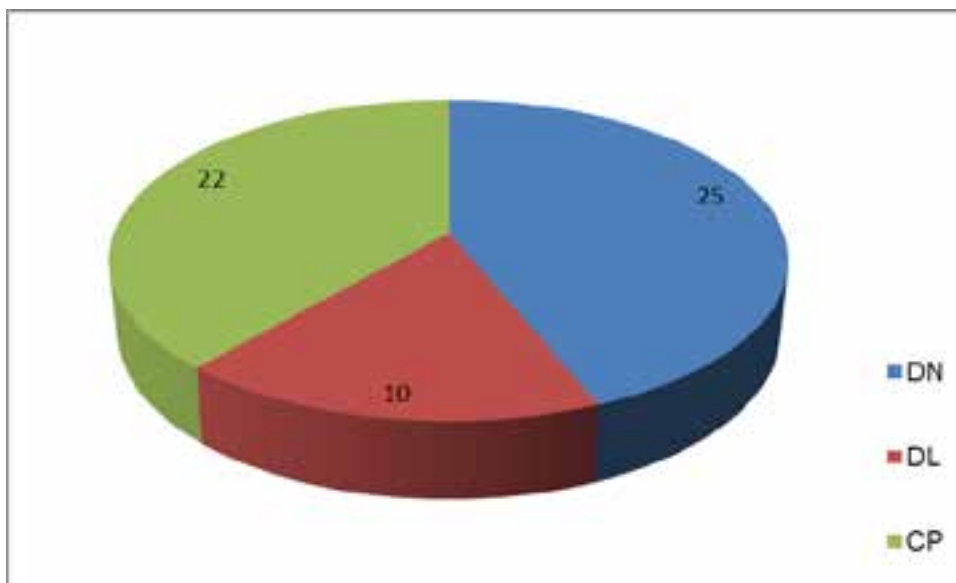
O *Diário de Lisboa* é, dos casos estudados, aquele que apresenta uma média inferior, com cerca de três notícias por cada número e mais uma vez com a edição do 1º de Maio a apresentar apenas duas notícias. Este valor não corresponde ao número de notícia no layout tradicional, que era à volta de seis. Esta tendência de poucas chamadas à primeira página manteve-se no período seguinte.

No *Comércio do Porto*, a média de notícias na primeira página é de cinco, mas o intervalo é muito variável. No dia 26 de abril, o *Comércio* apresentou apenas a notícia do golpe militar a toda a página, em contraste com o dia anterior, onde a edição normal contava com dez notícias. A tendência de muitas chamadas à primeira página continuou a ser uma das características deste diário.

O critério apresentado em seguida, prende-se ainda com aspetos de forma. Na maioria dos dias estudados, as manchetes e demais notícias eram essencialmente seguidas de texto. Outra tendência era o tratamento da informação da capa nas páginas seguintes, mas em vários casos, o texto da primeira página era já a notícia completa, em particular no *Diário de Notícias*. A utilização de fotografias é igualmente variável em cada diário e de uma maneira geral segue as tendências do período anterior.

Gráfico 2

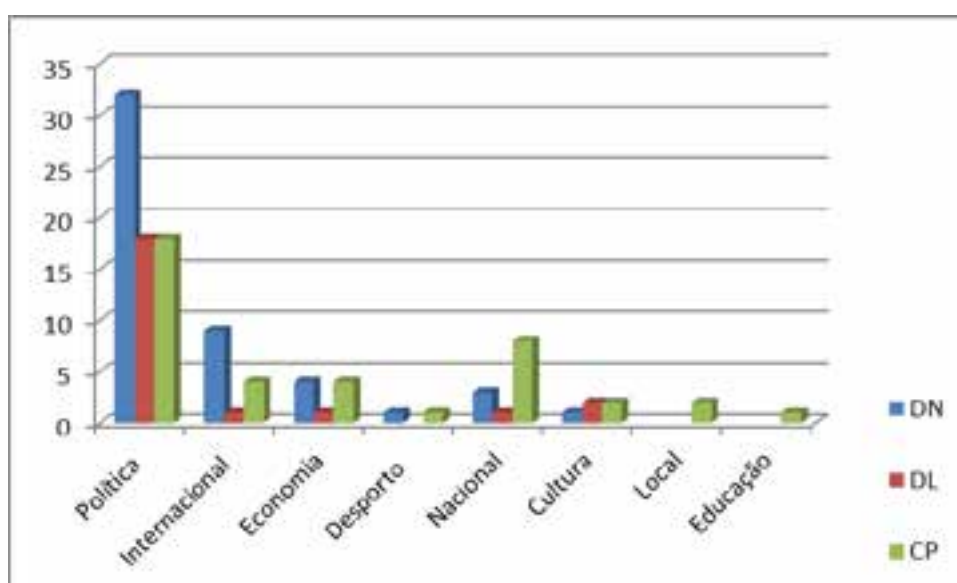
Número de fotografias recolhidas entre 25 de abril e 3 de maio de 1974.



Fonte: produção própria.

Apesar de os três diários apresentarem, em regra, uma grande mancha de texto, importa destacar uma característica comum a todos: a cobertura do 1º de Maio obedeceu ao critério de publicação de pelo menos uma grande fotografia que procurava dar a dimensão multitudinária do acontecimento. Ainda em termos de diferença, o *Comércio do Porto* é o diário que apresenta maior número de fotografias na notícia do golpe militar (7), enquanto o *DN* e o *DL* publicam apenas uma.

Gráfico 3
Distribuição de notícias por editorias entre 25 de abril e 3 de maio.



Fonte: produção própria.

É clara a preponderância da editoria Política, o que era espectável. Convém, contudo, explicar algumas disparidades e resultados. Com exceção das notícias referentes às edições ainda vistas pela Comissão de Exame Prévio, do dia 25 de Abril, quase todas as demais estão direta ou indiretamente ligadas ao golpe militar. Por exemplo, as notícias do estrangeiro, emanadas por agência (com a Reuters em primeiro plano) têm a ver com o reconhecimento do novo regime. Quanto à editoria Nacional, nela são incluídas notícias relativas, por exemplo, à abertura dos aeroportos e ao 1º de Maio, porque se referem a este acontecimento, justamente, como celebração nacional. O mesmo é válido para Economia, uma vez que os títulos se referem ao sistema bancário e seus agentes, e à Educação, já que a única notícia presente no Comércio anuncia a abertura normal dos estabelecimentos de ensino.

Em termos de análise de conteúdo, podem ser destacados alguns aspetos comuns aos três diários. As edições, que nos três jornais noticiam o golpe pela primeira vez, usam a rádio como fonte para construir a notícia. Os próprios comunicados do MFA são tirados do Rádio Clube Português. Estes diários só começam a produzir notícia própria quando, no segundo dia, fazem a reportagem dos acontecimentos, mas sempre incluindo informação oficial. Um dos títulos mais curiosos do *Diário de Notícias* é a recusa de Spínola em dar uma entrevista ao jornal. O primeiro contacto de Spínola com os meios de comunicação social teria lugar a 27, quando terá dado a primeira conferência de imprensa aos jornalistas, também segundo o DN.

A cobertura fotográfica só começa a ser diversificada nos dias seguintes ao golpe de estado, pelo que se nota um certo comedimento na cobertura dos acontecimentos de rua, por

exemplo. É curioso o *Diário de Lisboa* ter escolhido duas imagens de Abel Manta (que são referidas por terem sido cortadas pela censura) e não as imagens das ruas de Lisboa. A grande expressão popular em imagem é univocamente tratada pelos três diários e corresponde às fotografias de meia página que retratam as celebrações do 1º de Maio. Este acontecimento é também enquadrado, em termos de discurso, de forma similar: antes das celebrações há o apelo à serenidade e cidadania e nas peças em que se dá a notícia, evidencia-se a maturidade democrática, ao contrário da ideia propagada pelo anterior regime.

Apesar dos apelos à serenidade presentes nestas edições, em termos políticos, rapidamente se verificou uma escalada de confrontos entre as diversas forças partidárias, tendo os militares assumido um papel central no processo. Assistiu-se a uma profunda viragem no plano social e encontraram-se novas formas de representatividade no setor laboral e associativo. As organizações de trabalhadores lideraram uma onda reivindicativa sem precedentes, que levaram à melhoria das condições laborais, mas também alimentaram o ambiente de conflitualidade que se vivia. A para destas transformações, a conjuntura económica foi marcada por uma crise, que apesar de inserida no plano internacional, teve um agravamento motivado pelas medidas tomadas pelos diferentes governos, pela desestruturação do tecido económico, pela inflação, entre outras condicionantes. A comunicação social não passou ao lado destas mudanças. A imprensa viveu um verdadeiro processo de rutura, ainda que a modernização das empresas se tivesse iniciado já na fase final da ditadura (Cabrera, 2006, Correia & Baptista, 2007)

A Revolução dos Cravos significou para a história do país uma nova era. Na imprensa, o derrube da ditadura provocou uma série de alterações radicais que se traduziram na abolição do exame prévio e num outro conjunto de transformações de consequências drásticas. Estas estão diretamente ligadas ao processo político posto em marcha com a radicalização que se fez sentir em todas as frentes da sociedade portuguesa, mas também a um outro conjunto de fatores mais intrínsecos da comunicação social. Também nas empresas jornalísticas se fizeram sentir os efeitos de saneamentos das chefias conotadas com o anterior regime. Quase em simultâneo, os trabalhadores encontraram formas de representatividade dos seus interesses e os jornalistas elegeram os conselhos de redação, organismos que tinham como objetivo permitir a sua participação na orientação editorial. A liberdade de expressão garantiu uma alteração dos conteúdos noticiosos e a abundância de acontecimentos noticiáveis imprimiu um ritmo nunca visto à informação.

Depois do momento inicial de grande dinamismo vivido pelos jornais, estes seriam inevitavelmente afetados pelo processo revolucionário em curso. Os reflexos fizeram-se sentir em várias frentes e as suas consequências variaram segundo os casos. As redações envolveram-se em maior ou menor grau na luta política, o que determinou também a que os conteúdos noticiosos refletissem esse engajamento. O clima de conflitualidade e a onda de reivindicações que caracterizou o Processo Revolucionário em Curso (PREC) chegou igualmente às empresas jornalísticas.

O domínio dos meios de informação foi um dos traços transversais a este período e esteve na origem das várias situações contraditórias. A defesa da liberdade de imprensa foi um dos princípios reivindicados por profissionais, políticos e militares. Contudo, a luta pela conquista do poder levou a condicionamentos ou situações em que se procurou impor pela força o discurso único, particularmente no auge do gonçalvismo. Daí que as medidas políticas decididas neste campo, tenham sido marcadas por esta dicotomia e que a legislação entretanto aprovada fosse considerada inadequada pelos sectores mais radicais. Pelo seu lado, os militares tiveram também em relação à comunicação social uma prática manipuladora, esgrimindo o argumento da legalidade ou da legitimidade revolucionária, conforme os seus interesses de momento. Esta estratégia foi particularmente favorável a partir do 11 de Março, com o processo das nacionalizações e a colocação de militares à frente das empresas jornalísticas, que passaram para o sector público.

Os meios de informação desempenharam um papel central na luta que se estabeleceu entre as diferentes forças políticas. Os que alinharam pela via socializante — a maioria — procuraram servir os interesses da propaganda da esquerda mais radical. Os que tentaram escapar à lógica do discurso unitário foram alvo de pressões sistemáticas e estiveram na origem das ondas de contestação ao gonçalvismo. De uma forma ou de outra, a violência dos conflitos vividos na imprensa diária generalista, particularmente na de Lisboa, traduziu-se em desfechos dramáticos para alguns dos jornais ancestrais, que acabariam por encerrar.

O papel das fontes noticiosas foi igualmente alterado com o 25 de Abril. Instituições, fontes anónimas ou agentes de várias ordens, militares, dirigentes de partidos, sindicatos, etc., fizeram parte dos novos processos de agendamento. A convocação sistemática de conferências de imprensa, sessões de esclarecimento ou envio de comunicados traduzem a interação procurada com os jornalistas, que fez parte da estratégia comunicacional.

Para além das condições da liberdade de expressão os jornais transmitiam uma cadênciã pautada pelo ritmo frenético dos acontecimentos políticos. As redações integraram novos jornalistas para, tendência que já se vinha fazendo sentir desde o período anterior, sendo nem sempre a função informativa foi o principal resultado.

6.2. Nova legislação da Imprensa

O modelo legislativo que se afirmou depois do 25 de Abril, com todas as hesitações e desvios, é um dos aspetos que condiciona a evolução da imprensa. Para além da incontornável abolição da censura prévia, quer o Sindicato dos Jornalistas, quer várias personalidades ligadas ao meio defendiam a existência de uma lei de imprensa. O Movimento dos Capitães e o Programa do MFA, contemplaram o exercício de uma imprensa livre. Contudo houve divergências neste como noutros aspetos, o que se traduziu em dificuldades para o campo do jornalismo.

A primeira situação de exceção decorre do general Spínola, através da criação da comissão *ad hoc* para a imprensa¹. O seu exercício foi polémico desde o seu início, mas marcado por duas balizas temporais distintas: a vigência e atuação em prol dos interesses spinolistas até ao afastamento de Spínola em 28 de setembro, e o segundo período que se caracteriza pela ascensão do gonçalvismo e, como tal com uma linha de atuação inversa da anterior.

A criação de uma comissão de vigilância dos conteúdos da comunicação social era contrária aos princípios da liberdade de pensamento e expressão, mas o general Spínola pretendia a prevenção de situações que alterassem a ordem pública: “Em primeiro lugar, não podem ser alteradas nem a ordem nem a tranquilidade, nem afectada a integridade nacional. Toda a evolução se caracteriza por um enfraquecimento relativo da estrutura orgânica; e não faltaria quem, de um lado ou de outro, se empenhasse em alterar o equilíbrio no seu conjunto., explorando fendas e clivagens para por elas introduzir o germe nocivo da subversão, em ordem a acelerar a derrocada dos valores em que nos apostamos em preservar.” (Spínola, 1978, pp. 223)

O documento legal que criava a comissão *ad hoc* previa o seu carácter transitório e remetia para a nomeação de outra comissão, formada a 12 de agosto de 1974, que ficou encarregue da elaboração do novo projeto de lei de imprensa. Este grupo de trabalho incluía personalidades do âmbito da imprensa, como Arons de Carvalho, Pinto Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa entre outros, integrava várias sensibilidades da vida política, sindicato, grémios e era presidida por Sousa Franco. As reuniões do grupo sucederam-se em tempo recorde, o que permitiu a apresentação do documento final em 12 de setembro, que foi a debate público.

A nova proposta de Lei baseou-se num conjunto de princípios gerais relativos ao direito fundamental da liberdade de pensamento e expressão, mas traduzia também uma realidade resultante de 48 anos de ditadura. As garantias eram anunciadas no Preâmbulo, nomeadamente no ponto 3. A nova legislação determinava o princípio democrático que alia a prática informativa ao exercício da cidadania, pela constituição de uma opinião pública esclarecida consumo de notícias. Este princípio seria reiterado pela Constituição de 1976, nos artigos 37º ao 40º relativos à liberdade de pensamento e expressão.

A lei de imprensa estruturava-se em cinco capítulos e começando por definir os direitos relativos à liberdade de imprensa e também à informação, englobando-se aqui o direito a informar e a ser informado. No primeiro capítulo o texto procurava delimitar os campos jurídicos de cada um dos intervenientes no processo informativo, para poder delimitar os direitos e a sua forma de exercício, bem como os deveres de quem exercia a atividade. Consagrava

1 “1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão *ad hoc* para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;” (*Decreto-lei* 281/74, de 25 de Junho)

também os direitos e os mecanismos de defesa do público. Como referem Agee e Traquina (1987), a nova legislação dotava os jornalistas de uma série de mecanismos protetores da prática profissional, mas além disso, a capacidade de poder participar na orientação editorial.

Os direitos do público baseavam-se no direito do cidadão a ser informado e incluíam a obrigatoriedade da publicação do estatuto editorial, do direito de resposta e da identificação da publicidade. Outro direito importante remetia para a possibilidade de recurso à entidade reguladora, criada pela mesma lei, o Conselho de Imprensa.

Outro dos aspetos regulamentados na Lei foi o do acesso à informação e o direito ao sigilo profissional, pedra basilar da atividade jornalística e que anteriormente não era salvaguardado. Verificava-se ainda uma preocupação de responsabilização dos conteúdos, quando as fontes eram omissas.

O conselho de redação e definição da sua composição foram outras prerrogativas essenciais confirmadas pela Lei. A assembleia do Sindicato dos Jornalistas de 2 de maio de 1974, solicitou à Junta de Salvação Nacional o reconhecimento dos conselhos de redação e a Lei de Imprensa ratificou uma situação que já se verificava na prática.

A lei determinava ainda os crimes de abuso de liberdade de imprensa e a questão das responsabilidades. O abuso de liberdade de imprensa implicava a aplicação de sanções específicas, também determinadas pela legislação, como as penas suspensivas e as coimas a aplicar pelos tribunais. No âmbito das responsabilidades a lei consagrava o princípio de solidariedade do diretor e a responsabilidade solidária por parte do conselho de redação.

Os princípios gerais consagrados na Lei de Imprensa de 1975, nomeadamente o direito à livre informação e o direito de ser informado viriam a abranger todas as áreas de comunicação social, já que a sua pertinência ficava reiterada pela sua inclusão na Constituição.

A Lei de Imprensa suscitou graves protestos e logo durante o período do debate público ficou claro que o novo documento legal não reunia todos os consensos e em muitos setores surgiu a noção de que a liberdade de imprensa era um conceito burguês. Durante todo o período revolucionário e também em consequência do 25 de Novembro, as situações de exceção em relação à lei de imprensa sucederam-se.

Outro exemplo de condicionamento da informação foi dado pela 5ª Divisão. A ação deste organismo criado no âmbito de operações militares, transcendeu competências e desmultiplicou-se em ações ideológicas que funcionaram como uma máquina de propaganda capaz de influenciar a opinião pública, quer diretamente, através das campanhas de dinamização, quer pela pressão junto dos media (Ribeiro, 2014).

A 5ª Divisão levou a cabo uma estratégia comunicacional militar, que era já uma prática utilizada durante a guerra colonial, por exemplo com as “campanhas psicológicas”. No pós-25 de Abril, os militares controlaram os órgãos de poder e, em vários casos, a administração direta de meios de informação. Este modelo de propaganda foi ainda apresentado no “Plano de Ação Política”² emanado do Conselho da Revolução.

Ainda dentro dessa perspetiva restritiva dos militares relativa à imprensa, pode ser referido o “Projeto Jesuíno”. Em pleno «Verão Quente», a 5 de Agosto de 1975, a notícia exclusiva sobre a nova legislação foi publicada pelo *Jornal Novo*, (Gomes, 2012, pp. 108)

Os esforços de controlo da imprensa não se limitaram, contudo, à fação gonçalvista. A violação à Lei de Imprensa voltou a verificar-se mesmo depois do falhanço do “Projeto Jesuíno”. O Conselho da Revolução, já quando dominado pelo “Grupo dos Nove”, usou das suas prerrogativas legislativas e publicou o documento que viria a ser conhecido como a Lei de Censura Militar. Este novo diploma foi anunciado em comunicado, que de alguma forma procurava explicar a razão da imposição de condicionamento informativo no âmbito militar. A legislação teria, apenas, uma intenção preventiva pelo que mantinha o respeito pelo «legítimo pluralismo das opiniões», contudo, procurava evitar situações que minassem a disciplina e unidade das Forças Armadas, dada a cobertura jornalística a uma manifestação de unidades da Polícia Militar, que se recusaram a embarcar para Angola.

Entre outubro e novembro de 1975, os quartéis viveram atos de desobediência às cadeias de comando. A imprensa deu notícia destes acontecimentos. Apesar de não se ter voltado a verificar a ingerência direta do Conselho da Revolução, vários jornais sofreram processos judiciais, na sua maioria da iniciativa do Ministério da Comunicação Social. Os jornais controlados pelo Partido Comunista e pela extrema-esquerda divulgaram sistematicamente notícias que relatavam o clima insubordinação nos quartéis. Daí nova situação de exceção que afetou os meios de informação, em consequência do 25 de Novembro. Vários jornais foram sancionados e só voltaram a sair depois de alteradas as chefias.

2 “A mobilização do povo português para a via socialista exige, além de uma nova política de informação, uma acção dinamizadora constante que, pela presença e pela prática, torne visíveis e operantes as recomendações e programas emanados dos órgãos centrais. Para tal, é necessária uma acção intensa e eficaz de dinamização cultural militar adequada numa acção conjunta com as organizações populares unitárias de base que, melhor do que ninguém, poderão reflectir os mais justos anseios e necessidades da população. Para esta acção deverão ser postos à disposição os meios humanos e materiais convenientes, não se esquecendo que a revolução de 25 de Abril foi feita para o povo e será desse povo que lhe virá a sua força, continuidade e razão de ser.” Plano de Acção Política do CR -21/6/75, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol12>

6.3. A imprensa e o processo revolucionário: o exemplo da cobertura da campanha eleitoral de 1975

A nacionalização da imprensa não estava prevista no Programa do MFA. Ela decorre da nacionalização da banca e seguros e não de um plano previamente delineado. A entrada da maioria dos jornais do sector público foi de encontro à conjuntura política vivida na época. A transferência parcial ou total da propriedade teve como consequência alterações a nível das administrações, mas também favoreceu a luta pelo controlo dos jornais por parte das facções mais radicais. Nos casos em que a propriedade anterior pertencia ou à Caixa Geral de Depósitos ou ao Banco Nacional Ultramarino, a passagem parcial ou total para as mãos do Estado verificou-se a partir de setembro de 1974. Quando a propriedade estava dividida por empresas da alçada estatal, como no caso do *Jornal de Notícias*, as nacionalizações verificaram-se também através dos decretos lei de 15 de abril de 1975. As exceções em que o capital não foi totalmente nacionalizado foram o *República* e *Primeiro de Janeiro* e, no caso do *Diário de Lisboa*, a maioria da propriedade continuou a pertencer a privados. Contudo, também aqui se produziu a intervenção estatal, dado que o *DL* pertencia em parte ao BNU, mas também porque a sua situação económica se tinha degradado muito em resultado do seu grande endividamento à banca. A reconversão das empresas traduziu-se, do ponto de vista da gestão, na nomeação de novas administrações, aliás em concordância com um novo Decreto-lei N.º 123/75 de 11 de março, e que era relativo aos saneamentos e às novas nomeações. Estas alterações traduziram-se também na escolha de novas chefias para as redações.

Nos jornais de Lisboa criou-se o clima ideal para que se iniciasse um modelo informativo que se caracterizou pelo discurso monolítico, colado ao gonçalvismo. A conquista das redações fez-se em função dos processos políticos que se desencadearam nos jornais. Foram várias as situações em que se registaram intervenções diretas para afastar jornalistas de orientação mais moderada. Estas purgas verificaram-se em todo o processo do “Verão Quente”. No *Diário de Notícias*, por exemplo, Ribeiro Santos e José Carlos Vasconcelos foram afastados para dar lugar a Luís de Barros e José Saramago, impostos pelo plenário de trabalhadores. Mas mais polémico ainda foi o episódio conhecido como o “caso dos 24”, que se reporta a um comunicado subscrito por jornalistas que contestavam a orientação do jornal. Seria o plenário de trabalhadores que votaria a expulsão destes jornalistas que só viriam a ser integrados após o 25 Novembro, por terem sido considerados vítimas de saneamentos revolucionários (Gomes, 2014). O discurso do *Diário de Notícias* foi ideologicamente comprometido, e, de acordo com Azevedo (2020), terá tratado o MFA, Vasco Gonçalves e o PCP com um enquadramento favorável.

Dentro da mesma lógica, foi o conflito que se desenrolou em *O Século*. Face às dificuldades económicas que o jornal vivia, um grupo de jornalistas atribuiu a descida das tiragens à orientação política adotada. Processou-se na redação um referendo que visava afastar as

chefias pró-comunistas. A proposta vencedora apresentava em alternativa Roby Amorim e Luís Alves para as chefias da redação. A comissão de trabalhadores não aceitou o resultado do referendo e depois de uma série de confrontos entre os dois setores elegeu um linotipista para diretor. Em consequência, os “referendistas” criaram uma versão *off-set* do jornal e a administração nomeada pelo governo demitiu-se. O conflito entre o sector redatorial e a tipografia manteve-se e só depois do 25 de Novembro os “referendistas” voltariam a ser integrados (Lima, 2014).

Outra das estratégias para impor o discurso único, traduziu-se em atos censórios perpetrados ora pelas redações ora pelos tipógrafos, através do bloqueio à saída de conteúdos dos quais discordavam. Tal sucedeu, por exemplo, no *Diário de Lisboa* quando se recusou a incluir o “Documento dos Nove”. O jornal optou por publicar uma avaliação muito crítica baseada em certos extratos do texto. Quanto ao *Jornal Novo*, a comissão de trabalhadores da empresa tipográfica onde este diário era impresso decidiu boicotar a sua publicação, por não estar de acordo com a inclusão de um comunicado do Partido Socialista. Foram várias as ocasiões em que publicações foram impedidas de sair por ação do setor da impressão.

Os jornais diários foram marcados por vários episódios de condicionamento da atividade informativa, mas nenhum deles foi tão extremado como o do jornal *República*. O clima de confronto entre duas fações partidárias já se fazia sentir praticamente desde o verão de 1974. Em outubro daquele ano, o setor tipográfico opôs-se à publicação de um artigo crítico de António Reis sobre o MDP/CDE. Sucederam-se episódios de abertura e fecho, sob o controlo da CCT durante o “verão quente”, mas a situação financeira do *República* entrou em colapso. Depois dos acontecimentos do 25 de Novembro, o jornal reapareceu mas por pouco tempo. Seria encerrado a 23 de dezembro e restituído aos legítimos proprietários em março de 1976, mas não voltaria a ser publicado. O *República* foi particularmente relevante pelas reações que suscitou e pela guerra de comunicados que produziu, tendo várias personalidades e instituições participado na polémica.

Os episódios revolucionários que marcaram a imprensa da capital também tiveram eco no Porto, ainda que com resultados diferentes. O *Jornal de Notícias* teve uma orientação editorial muito à esquerda, muito controlada pelo conselho de redação. A alteração do seu estilo popular tradicional levou a que este jornal viesse a ser pejorativamente denominado “Pravda”, por analogia com o jornal soviético. O descontentamento do seu público levou mesmo a que o JN fosse queimado, durante a distribuição. O *Comércio do Porto*, depois do mesmo posicionamento editorial do JN, sofreu uma grande reviravolta e passou a ser uma das vozes de maior oposição ao gonçalvismo e aos comunistas, tendo sido alvo de muitas pressões e foi mesmo atacado à bomba. O *Primeiro de Janeiro* foi um diário que se pautou por uma maior moderação, nunca tendo sido controlado pelos comunistas, nem mesmo na tipografia (Lima, 2012).

Para além dos jornais diários tradicionais, houve ainda o lançamento de novos títulos que constituíram as vozes não-alinhadas em todo este período. O semanário O *Tempo* foi

fundado por Nuno Rocha e correspondia a uma orientação mais conservadora, tendo tido, por isso mesmo. Vários percalços na sua criação e impressão (Gomes, 2021). Um pouco mais tarde surgiu o jornal *A Luta*, vespertino que veio substituir o *República* e que se caracterizou pelas campanhas contra a CCT e também nas batalhas contra o Partido Comunista e os gonalvistas. Um novo semanário, *O Jornal*, seria igualmente lançado em 1975, por José Carlos Vasconcelos e Cáceres Monteiro. Mas o título que mais se destacou foi sem dúvida o *Jornal Novo*, criado em abril de 1975 e dirigido por Artur Portela Filho. Este diário conseguiu um impacto considerável pela sua voz incómoda na denúncia de situações, o que constituía uma alternativa clara ao discurso dominante. Daí o seu sucesso em termos de tiragens, que no “Verão Quente” atingiram números elevados.

A evolução do processo político teve consequências muito complexas para as empresas jornalísticas. As situações de conflitualidade obrigaram à intervenção estatal e as nacionalizações colocaram a maioria dos jornais sob a alçada do Estado. A progressiva radicalização do discurso jornalístico permitiu lógicas de propaganda alheias à vocação informativa primordial que levou a perda de leitores, que foi agravada com o aumento do custo dos jornais, a subida do nível de vida e a quebra registada pelo facto de deixar de haver edições dominicais.

O 25 de Abril de 1974, tal como foi referido, teve como consequência uma mudança drástica na forma de produzir notícias. Para além dos contextos da luta política e das diversas formas em que a conjuntura revolucionária impactou os jornais, foi inegável o aumento da matéria noticiável. Foram vários os momentos de grande valor-notícia, uma vez que os acontecimentos políticos geraram grandes tensões. Por outro lado, os atores dos momentos mais marcantes do período revolucionário foram figuras presentes na agenda das notícias, quer por iniciativa própria, quer pela relevância das suas ações (Figueira, 2007).

Serão necessários estudos mais sistematizados sobre a cobertura noticiosa para os anos de 1974/ 1975, para melhor entender o processo de construção das agendas. Aqui cabe destacar a investigação realizada por Pedro Marques Gomes, que resulta em diferentes publicações que tratam a relação entre o jornalismo e a Revolução, mas também uma abordagem importante dos conteúdos noticiosos, quer na perspectiva de determinados diários, quer de diferentes acontecimentos políticos. Tal é o caso das publicações sobre o *Diário de Notícias* (Gomes, 2013; 2019) e sobre o *Jornal Novo* (Gomes 2013; 2015). Da mesma forma, a análise de conteúdo realizada por Celiana Azevedo (2020) no *Diário de Notícias* constitui um importante contributo para a melhor compreensão da história da imprensa, neste período.

As temáticas de grande valor-notícia foram muitas, sendo a própria imprensa e os seus acontecimentos parte da agenda noticiosa, entre 1974/ 1975. Dentro desse critério de noticiabilidade, destacamos as primeiras eleições livre portuguesas. Nesse sentido apontamos os resultados obtidos em dois estudos complementares que abrangem alguns dos diários generalistas portugueses. Nos contextos de luta política e convulsão social, as eleições de abril de 1975 tornaram-se um ponto central para o futuro de um regime democrático e, em

consequência, um tema central para a imprensa. Pela primeira vez em quase 50 anos, os jornalistas tiveram a possibilidade de cobrir um acontecimento de grande valor-notícia enquanto imprensa livre.

As eleições são reconhecidas como centrais na agenda noticiosa e as organizações de média normalmente desenvolvem estratégias para uma cobertura capaz e abrangente. No entanto, o contexto político vivido em Portugal em 1974/1975 condicionou a forma como a imprensa fez a abordagem jornalística deste processo. Um dos fatores que pode ser apontado é a o papel desempenhado pelos jornalistas (Mesquita, 1994b; Gomes 2014) ou a intervenção direta da V Divisão do MFA. Todo o clima gerado pelas nacionalizações, novas administrações e as próprias organizações dos jornalistas contribuíram para desafiar a liberdade de imprensa e interferir no controlo editorial (Conselho de Imprensa, 1979). As eleições não foram reconhecidas unanimemente como essenciais e alguns dos principais responsáveis militares e organizações de esquerda não as aceitaram como representativas da vontade popular.

Apresentam-se aqui alguns dos jornais que fizeram a cobertura das eleições, mas ressalva-se que haveria ainda necessidade de um trabalho mais abrangente e detalhado para melhor conhecer a forma como este acontecimento foi noticiado pela imprensa generalista portuguesa. O primeiro estudo elaborado incidiu sobre o *Diário de Notícias* e *Jornal Novo* (Lima, Luís, 2018) e tem em consideração a orientação política oposta de cada jornal. Num segundo momento, foi feita a recolha de dados relativa aos jornais *O Século* e *Expresso*, mais uma vez para que o entendimento seja feito numa abordagem comparativa.

A metodologia utilizada procura entender a estratégia editorial utilizada, nomeadamente em termos de volume de notícias, géneros jornalísticos e valor-notícia. Assim, o estudo de conteúdo aborda os procedimentos jornalísticos, categoriza e quantifica a notícia de forma a compreender os efeitos de composição, hierarquia da notícia e jornalística. A análise é complementada pela identificação e classificação das fontes presentes nas notícias de cada jornal, que pode fornecer outro nível de compreensão para a hipótese de posições editoriais divergentes, o que é em certa medida apontado por Figueira (2007) referente ao período de 1975 conhecido como “Verão Quente”.

As eleições foram um assunto político central, mas o pacto assinado entre a maioria dos partidos políticos e o MFA (Pacto MFA-Partidos) reforçava o papel dos militares na sociedade portuguesa, independentemente dos resultados do processo eleitoral. Fora do pacto ficaram partidos como o Partido Popular Monárquico (PPM) e partidos de esquerda que ainda assim concorreriam nas eleições: MES, UDP, FEC (m-l), PUP e LCI.

De acordo com a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), 14 organizações políticas foram às urnas. A CNE publicou os resultados totais finais da votação no Diário da República de 19 de maio de 1975. O Partido Socialista (PS) com 38%, foi o vencedor, seguido do Partido Social Democrata (PPD) com 26%. O Partido Comunista (PCP) obteve 12%, o Centro Social Democrático (CDS) 8% e o Movimento Democrático Popular — Comité Eleitoral Democrático

(MDP-CDE) 4%. A União Popular Democrática (UDP) e a Associação para a Defesa do Interesse de Macau (ADIM), obtiveram menos de 1%, mas suficiente para eleger um representante cada. Estes depurados eleitos votariam a Constituição de 1976, com exceção do CDS. Os resultados foram vistos por alguns como uma surpresa, dada a baixa percentagem do Partido Comunista e de organizações radicais de esquerda.

Em 1975, o *Diário de Notícias* era o maior jornal português. Desde a sua fundação, em 1864, teve uma importância crescente, com particular importância para o período do Estado Novo, como referido anteriormente. Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, o *DN* passou por alterações profundas, com processos de saneamento das chefias ao regime e acabaria por se integrar no grupo dos diários estatizados, como também já foi referido. Editorialmente, o jornal teve também uma deriva editorial, que resultou do PREC e dos contextos anteriormente expostos.

O *DN* era um jornal de formato “broadsheet” e apresentava uma grande diversidade de notícias. A primeira página trazia muitas notícias e o tamanho das manchetes era variável, mas havia uma clara diferença entre os assuntos centrais da agenda do dia e os menores. A manchete podia incluir uma fotografia ou infografias. Em regra, além do título e do lead, havia também texto, um layout possível graças ao tamanho. A inclusão de notícias variadas e em grande número era possível graças à redação, que em Lisboa e segundo Gomes (2014, p. 85), contava com mais de 60 jornalistas, neste período.

No mês das eleições, e globalmente, a capa do *Diário de Notícias* incluiu grande variedade temática. Sendo o *DN* um jornal de referência, as editorias Política e Internacional pontuaram naturalmente, mas a política, enquanto enquadramento noticioso, pode ser considerada em sentido abrangente, na medida em que os acontecimentos e agenda eram o resultado da situação revolucionária que o país atravessava.

Outros temas de capa das manchetes eram relativos aos militares, que neste caso em particular, poderiam ser considerados como Política, já que controlavam o poder através do Conselho da Revolução. As manifestações e greves sindicais, dado o momento revolucionário da época, também foram frequentes e podem ser enquadradas na mesma perspetiva. Nesta agenda complexa, a cobertura da campanha eleitoral teve lugar nas capas do *DN*, mas a hierarquia noticiosa foi compartilhada por outros temas demais agendamento diário.

Os dados recolhidos espelham os diferentes formatos jornalísticos e a capacidade de organização de cada um desses jornais. Apesar das diferenças de intervalo de tempo, as grelhas de análise contemplam todas as notícias do mês de abril até a divulgação do resultado das eleições. A amostra compreende um total de 486 notícias, onde foram incluídos todos os casos considerados, ainda que nem todos correspondam a géneros jornalísticos.

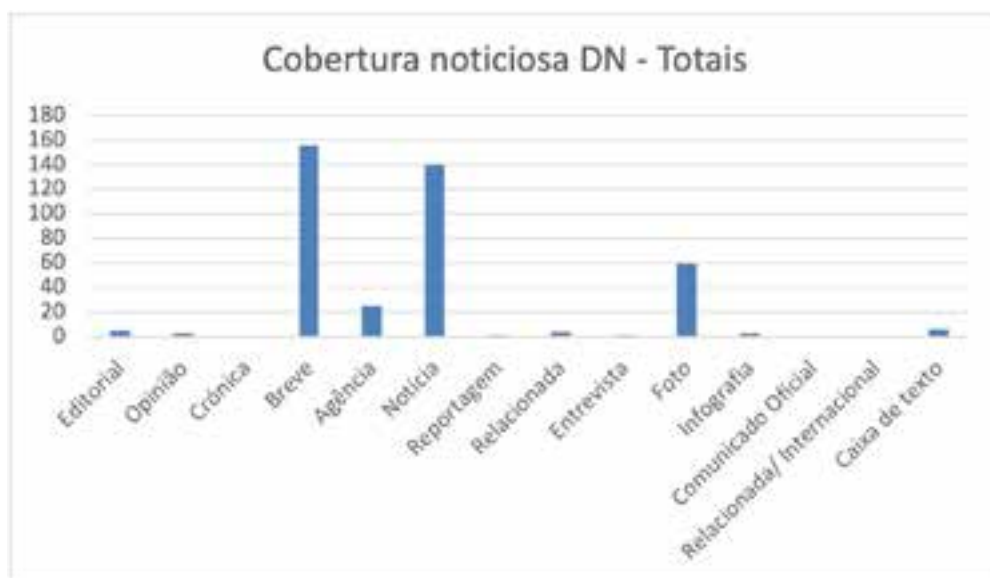
O segundo nível de análise considera as fontes das notícias, nomeadamente as fontes institucionais e as subcategorias identificadas nos dois jornais. Portugal vivia então um momento político muito polarizado e todos os partidos e organizações procuravam estar

presentes na imprensa (Mesquita, 1996a), mas outros atores políticos procuravam protagonismo noticioso. A pressão das fontes sobre os jornalistas e fontes era constante, dada a quantidade de organizações e individualidades que procuravam influenciar a agenda pública e que viam o jornal como meio de propaganda.

A tabela a seguir mostra a evolução das categorias no *Diário de Notícias*, levando em consideração todas as notícias e diversos itens recolhidos em abril de 1975.

Nestes dados, todas as notícias, notícias relacionadas e géneros jornalísticos, e todas as entradas relacionadas com as eleições foram considerados um total de 404 casos.

Gráfico 4
Géneros jornalístico no *Diário de Notícias*.



Fonte: produção própria.

Os números globais mostram que as categorias Breve (156) e Notícia (140) foram predominantes, seguidas das Foto (60), o que confirma uma remissão para o facto por parte do *Diário de Notícias*. As categorias Reportagem e Entrevista (1, cada) tiveram pouca relevância. Estas são normalmente utilizados na cobertura de assuntos noticiosos importantes, onde o efeito de composição é muito importante, nomeadamente para dar aos leitores uma percepção mais ampla e meios de interpretação mais profundos sobre a cobertura noticiosa de destaque. Ainda assim, este diário apresentou cinco editoriais sobre as eleições e três colunas de opinião. Outra característica do efeito de composição, a Crónica está ausente, porém houve uma coluna especial que abordou a interpretação dos resultados eleitorais. Este jornal não

considerou o valor das notícias internacionais relacionadas. O enquadramento das notícias desses resultados de alguma forma reforça o posicionamento do *Diário de Notícias*, cujas manchetes “Confirmou-se o caminho socialista” e “Venceu o Povo da Aliança — o MFA” remetem para a linha ideológica dominante.

O *Jornal Novo* fez a sua agenda diária de forma idêntica ao *Diário de Notícias*, mas a abordagem jornalística foi bastante diferente, dadas as dimensões e o propósito deste vespertino. O *Jornal Novo* foi um dos vários jornais publicados no período revolucionário, com o objetivo de contrariar a mensagem da imprensa estatizada. Foi lançado dia 17 de abril de 1975, por Artur Portela Filho, que no primeiro editorial destacou a missão do jornal: “Jornalismo de ação, intervenção, esclarecimento, o *Jornal Novo* recusa a violência, o sectarismo, a segregação. Sabemos porque lutamos e também o que lutamos contra, mas sabemos que a melhor forma de lutar é pela participação competente e serena na construção do nosso futuro” (*Jornal Novo*, 17 de abril, 1975, p. 1). Este diário assumiu no número de lançamento a orientação socialista, mas numa perspetiva moderada. Tinha por detrás a mais poderosa associação patronal da época, a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), que, segundo João Figueira (2007), mais do que um propósito de negócio, tinha uma intenção política. Esta ideia decorre do facto de a CIP ter encerrado um jornal rentável quando considerou que não se justificava a sua necessidade (Figueira, 2007, p.217).

Como o *Jornal Novo* começou a ser editado em meados de abril, a cobertura da campanha eleitoral foi necessariamente menor do que em outros títulos, apesar de ser um diário vespertino. No entanto, as diferenças entre os dois jornais não resultam apenas da lacuna temporal. O *Jornal Novo* era um vespertino, que se publicou até 1979. Tinha tamanho tabloide e poucas páginas, o que limitava o espaço de impressão e conseqüentemente o número de notícias. A redação era muito menor do que a do *DN* (menos de 20 jornalistas), o que acentua a disparidade em termos de cobertura noticiosa. Globalmente, o *Jornal Novo* apresentou, em abril de 1975, reportagens de grande envergadura e de menor variedade temática³.

3 Os dados relativos ao *Diário de Notícias* e *Jornal Novo* foram previamente publicados no artigo em co-autoria com Rita Luís, 2018, Coverage of the elections of April, 1975 in the *Diário de Notícias* and the *Jornal Novo*: a case study, *RiHC — Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, p. 23-40.

Gráfico 5
Gêneros jornalísticos no *Jornal Novo*.



Fonte: produção própria.

Este vespertino apresentou apenas 83 notícias, mas mostrou maior variedade de gêneros jornalísticos. Notícia (26) e Foto (20) foram as categorias com maior número. A distribuição por outros gêneros parece mais equilibrada e foram incluídos Reportagem, Entrevista, Editorial, Coluna de Opinião e Crônica, apontando para uma estratégia de composição. As categorias Breve e Agência não são significativas, como já foi dito, este jornal optou por reportagens extensas. O *Jornal Novo* também incluiu o discurso oficial do Presidente Costa Gomes à nação, destacando a importância das primeiras eleições livres. As reações internacionais também estiveram presentes. Apesar de ter uma cobertura menor, este jornal, pela variedade de notícias, deu aos leitores a possibilidade de uma visão mais ampla sobre as notícias eleitorais, aliada a uma abordagem interpretativa dada por editoriais, formadores de opinião e até mesmo de grande reportagem, que incluiu um especialista em sistemas eleitorais.

Quanto aos resultados das eleições, o *Jornal Novo* realçou a “Vitória das forças progressistas”, mas também “Eleições — O povo vota”, bem como uma entrevista a Mário Soares: “Os resultados vão mudar o governo” (*Jornal Novo*, 26 de abril de 1975).

O jornal *O Século* foi um dos diários centenários portugueses de maior relevância. Lançado ainda no século XIX, este jornal de orientação editorial republicana, cedo evoluiu para um formato jornalístico de grande sucesso e com grande implantação na capital. O período que sucedeu ao 25 de Abril de 1974 foi também de grande agitação política e haveria de colocar o jornal dentro das lógicas da imprensa estatizada. Ainda assim, é notável o esforço que *O Século* fez na cobertura da primeira campanha eleitoral, depois do derrube da ditadura.

Quantificar a amostra de *O Século* não é fácil. As dificuldades no processo de categorização e identificação advêm do encadeamento de eventos e notícias, das opções gráficas, mas também de o jornal incluir outro tipo de publicações, como comunicados oficiais, comunicados de partidos, ações de campanha partidária, reuniões, comícios e sempre entre uma a meia página de agenda de ações programadas (cerca de 300 entradas). Embora a diversidade possa parecer menos importante que a do *Diário de Notícias*, na verdade, a cobertura da campanha eleitoral foi um esforço extraordinário deste diário.

Gráfico 6
Gêneros jornalísticos em *O Século*.



Fonte: produção própria.

Neste jornal, as eleições foram oito vezes a manchete principal. A maioria das notícias eram reportagens sobre ações de campanha, mostrando um enorme esforço de cobertura e revelando uma enorme capacidade organizacional. Este diário desenvolveu uma estratégia editorial muito completa, patente pela variedade de fontes, notícias e diferentes formatos de informação. Todos os dias, além das notícias sobre reuniões e outras, foi dado um grande espaço à agenda da campanha, com a programação dos eventos. Apesar da riqueza da cobertura eleitoral, os outros temas principais da agenda parecem ter maior noticiabilidade. A relevância do Pacto MFA — Partidos e das nacionalizações ficou clara pela escolha de fontes militares e governamentais mais presentes nas manchetes, mas também por uma abordagem jornalística diferente, nomeadamente com entrevistas de fundo.

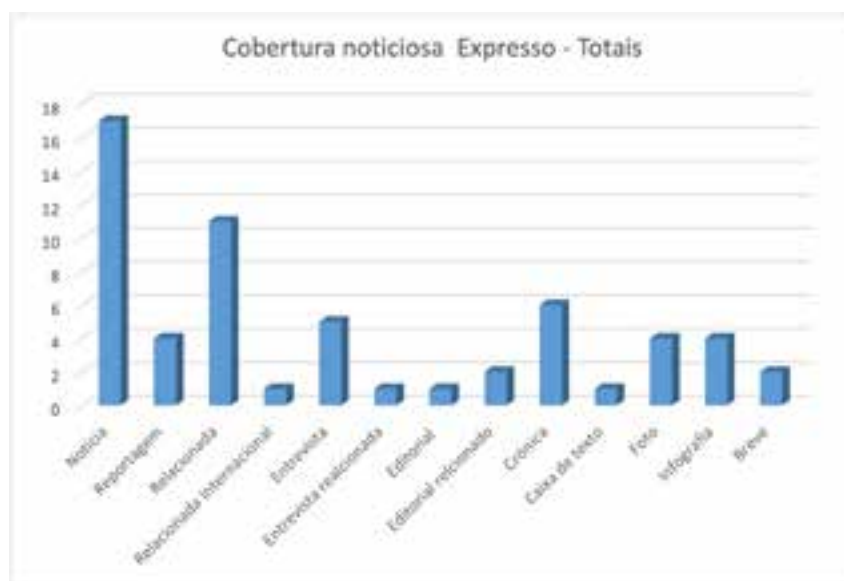
Os títulos remetem para efeitos de valoração, que surgem também no discurso jornalístico. No primeiro caso, seguem-se dois exemplos: “Rosa Coutinho preconiza a criação do partido do MFA contra as eleições”, é uma entrevista com uma fonte militar de topo, adversa ao sufrágio (*O Século*, 16 abril de 1975). No comunicado do MFA “Como não fazer o jogo da recção e votar na revolução” havia um apelo direto à orientação de voto (*O Século*, 25 abril de 1975). A adjetivação está patente em expressões como “Campanha eleitoral traumatizante” (*O Século*, 22 de abril 1975), “É legítimo duvidar dos resultados de das eleições depois de 48 anos de ditadura” 27 abril 1975 ou “Na cintura industrial a tradição manteve-se. Grândola e margem sul: o povo é quem mais ordena” (*O Século*, 27 abril de 1975)

Em dois editoriais, este diário revela a sua posição face ao ato eleitoral. Com o título “Votar em branco também é também falar verdade” fica clara a oposição ao sufrágio que é reiterada, no texto: “E a verdade de quem não sabe tem de ser claramente proferida, como um depoimento. Num testemunho. (...) Deixar nas urnas, amanhã, o seu voto em branco é, para aqueles que têm dúvidas, dizer toda a verdade, neste momento.” (*O Século*, 22 abril 1975) No editorial “A tabuada das eleições” o próprio título retira valor à capacidade decisória do povo, e a interpretação das escolhas diferentes é conotada com ignorância e manipulação: “A leitura geral da votação mostra que em muitas regiões do País, o caciquismo, as folhas de paróquia, e as pressões dos senhores da terra, dominam e destroem. “, se levantaram contra os verdadeiros interesses do povo, servindo-se dele como compulsivos guardiões de privilégios que o arrasam” (*O Século*, 27 abril de 1975).

As colunas de opinião reforçam a perspectiva anti-eleitoral e a defesa da via revolucionária. Em “Via democrática: sonhos e pesadelos” há uma adjetivação clara e enviesamento discursivo, que é retomado no texto: “Individualismo burguês e pseudo-socialismo (...) o caminho Português rumo ao socialismo parece hoje mais do que provável, parece certo.” (*O Século*, 8 abril de 1975) Na coluna “Duas posições em confronto” questiona-se a liberdade das eleições: «Eleições fisicamente livres mas não verdadeiras» (fonte do MFA) (...) “forças do obscurantismo, saudosistas e traiçoeiras tudo fazem para confundir o Povo” (*O Século*, 24 abril de 1975). Por último, no artigo “O que é o voto revolucionário”, há um apelo ao voto nas organizações vistas como genuínas: “De um lado os que querem ver avançar o processo revolucionário (...) vida digna e feliz. (...) Em oposição vemos outros partidos que com demagogia e descaradamente, com falsas aparências ou sem vergonha tentam ludibriar o Povo.” (*O Século*, 25 abril 1975).

As eleições no semanário *Expresso* resultaram numa amostra de notícias recolhidas entre 5 de abril e 4 de maio de 1975, num total de 59 casos, sobre a campanha eleitoral e os resultados.

Gráfico 7
Gêneros jornalísticos no *Expresso*.



Fonte: produção própria.

O jornal produziu grandes artigos de fundo, espaços editoriais e de análise, duas manchetes e vários destaques na capa, foi tema da Revista e criou o Caderno “Expressoeleições”. Produziu ainda duas entrevistas e editoriais. A cobertura eleitoral do *Expresso* é significativamente diferente de *O Século* ou *Diário de Notícias*, na medida em que é um jornal semanário e os seus artigos são orientados para a análise e informação de fundo e não a notícia/ reportagem de remissão para o facto. Apesar disso, há uma grande variedade de fontes e temáticas. A preocupação do semanário é claramente a eficácia das eleições, enquanto ato de escolha democrática, face aos constrangimentos políticos institucionais vividos naquele período.

O editorial “Eleições à vista” é curto e remete para um ambiente de preocupação, “À medida que se aproxima o 25 de Abril, adensa-se o ambiente em Portugal.” Esta situação decorre da desvalorização das eleições por parte dos militares: “Por um lado, alguns elementos do MFA insistem em atacar os partidos, em descrer da capacidade de discernimento dos eleitores, em minimizar as eleições, em apelar ao voto em branco.”; O editorial critica também os partidos e o exacerbar de ódios: “Por outro lado, os últimos dias de campanha implicam apoteoses dos vários partidos, na medida das suas possibilidades, quer através da TV e da Rádio, quer em comícios e sessões, e provocam claramente os contrastes e as contradições, o exacerbar dos ódios e das paixões, a irrepreensível premência da caça ao voto.” (*Expresso*, 12 abril de 1975). O tom é sobre os perigos que ameaçam as eleições, o ambiente de intriga e rumores de golpes políticos.

Também no editorial de 5 de abril, “MFA, partidos, eleições e via socialista”, o poder militar é questionado e definido como “um poder paralelo aos três poderes clássicos, mas claramente superior.” Para o *Expresso*, os poderes dos militares correspondem a um para poder, que se sobrepõe à lógica eleitoral: “Ao atribuir, por várias vezes, nos últimos tempos, indiscutível relevância às próximas eleições, os membros do Conselho da Revolução têm demonstrado que estão conscientes de que o paralelismo de poderes não se mantem indefinidamente e que, para se tornarem convergentes e não divergentes, é necessário que quem governa (revolucionariamente ou não) saiba interpretar o querer de quem é governado”. (*Expresso*, 5 abril de 1975)

Na *Revista Expresso* de 12 de abril, esta temática foi retomada no artigo “Regime presidencialista militar com partidos”, o Pacto MFA — Partidos é claramente criticado: “A solução encontrada relativamente ao acordo ontem celebrado foi uma solução híbrida — a Constituição será formalmente o resultado da actividade de uma Assembleia Nacional Constituinte, para o efeito eleita, mas em termos práticos, a síntese dos seus princípios programáticos e sobretudo a estrutura do poder político e administrativo ficam desde já definidos num Pacto que vincula um grande número de partidos políticos concorrentes às eleições.” (*Expresso*, 12 abril de 1975)

Na edição de 25 de abril o semanário fez o balanço de um ano de revolução. Neste número, o tom dos artigos é sempre de dúvida quanto à eficácia do ato eleitoral: “Portugueses vão às urnas em ambiente de grande expectativa”. O tom de balanço de um ano de revolução esteve presente na forma como o jornal avaliou o papel dos militares, os grandes desafios económicos que se colocavam ao país e também uma perspetiva muito crítica do papel da imprensa na sua função informativa, em tempos de liberdade de expressão (*Expresso*, 19 abril de 1975).

Apesar do jornalismo de tom moderado e analítico, o *Expresso* procurou trazer às suas páginas vozes divergentes. Militares e elementos de diferentes partidos políticos tiveram espaço de agenda, num claro equilíbrio. Aqui, de destacar uma reportagem especial com um grupo radical revolucionário que era contra as eleições, as Brigadas Revolucionárias.

6.4. O período da imprensa estatizada

Nos anos seguintes, os efeitos do período revolucionário fizeram-se sentir na imprensa, a diversos níveis. A maioria dos diários tradicionais manteve-se no setor público, o que levou a que a designação das administrações tenha dependido das mudanças político-partidárias. O clima de conflitualidade e as influências ideológicas geradas durante o PREC, não desapareceram com o 25 de Novembro. Gradualmente instalou-se um cenário de crise, motivado pelas perdas nas tiragens e o decréscimo da publicidade. Foi necessário um esforço de “normalização”, que implicava a efetiva aplicação da legislação, mas também a redução das tensões e da carga político-partidária que tinham se instalado nas redações.

O processo de democratização da sociedade portuguesa teve ainda de sofrer uma série de transformações até encontrar o caminho da estabilidade e do normal funcionamento das várias instâncias, e a comunicação social teve um papel determinante nesse percurso. Contudo, ela foi igualmente alvo de esgrima no complexo jogo de conquista, partilha ou manutenção do poder, com todas as distorções ou parcialidades consentidas ou impostas.

A governamentalização dos meios de informação foi uma das acusações omnipresente entre 1976 e o final da década de 80, quando se iniciaram as reprivatizações. A razão deste balizamento temporal deve-se à cronologia das revisões constitucionais. O ano de 1982 constituiu um primeiro momento em que foi possível a aprovação de vários documentos que promoveram uma maior agilidade no setor público, mas só a Lei Constitucional nº 1/89 pôs fim à cláusula de irreversibilidade das nacionalizações ocorridas, na sua maioria, na sequência do 11 de Março de 1975.

No ponto 2 inseriam-se as empresas de comunicação social. Contudo, não seria prevista a reprivatização de todo o setor. O Estado teria sobretudo uma intervenção reguladora, cabendo-lhe criar legislação específica para transformação das empresas públicas em sociedades anónimas, mas salvaguardava a possibilidade de deter algumas prerrogativas como a de possuir um conjunto de ações privilegiadas, o que lhe concederia o direito de veto. Esta cláusula permitia a intervenção nos sectores considerados de interesse nacional, aliás, posta em causa pela União Europeia posteriormente. O processo de venda das empresas do Estado seria ainda complementado com os *Decretos-lei* 236/93, 380/93 e 65/94, que incidiram sobre a afetação das receitas provenientes das reprivatizações e sobre o controlo de posições dentro das empresas privatizadas, nomeadamente pela preocupação da entrada de capitais estrangeiros.

A evolução da imprensa portuguesa, após o 25 de Novembro de 1975, caracteriza-se pelo facto de o Estado ser o proprietário dos principais diários generalistas nacionais. Não houve uma situação de monopólio estatal, uma vez que havia jornais pertencentes a empresas privadas, uns de circulação nacional, outros dentro da designação de imprensa regional e local. A criação de novos jornais de circulação nacional esteve normalmente ligada à informação e ao debate político, ainda que não se tratassem de jornais partidários.

Globalmente, deu-se uma gradual pacificação da sociedade e a perda da carga ideológica radical que marcou as publicações durante o período revolucionário. Esta acalmia é constatável através dos casos reportados ao Conselho de Imprensa, que passaram a ser, na sua maioria, queixas que se referiam a direito de resposta.

Ainda que as situações relativas ao abuso de liberdade de imprensa tenham surgido em grande número no período inicial (1976, sobretudo) elas tenderam a aparecer apenas pontualmente nos anos seguintes. Não significa isto que os jornais deixassem de fazer noticiário político; muito pelo contrário. De uma maneira geral, os jornais não eram condenados e as sanções, quando aplicadas, eram geralmente penas suspensas. Outra das queixas surgida com insistência era o recurso a direito de resposta invocado por personalidades ou instituições, situações que o Conselho de Imprensa arbitrava com relativa facilidade.

O período constitucional inicial foi marcado pela instabilidade governativa, em que os mandatos não eram concluídos. Para a imprensa estatizada, esta rotação de governos trouxe problemas financeiros graves, mas também laborais. As debilidades económicas começaram a evidenciar-se desde cedo. A partir de 1976, são criadas as empresas públicas, a EPNC (Empresa Pública Notícias e Capital) e a EPSP (Empresa Pública Século e Popular), sendo os demais diários considerados intervencionados e de capital misto. Pretendia-se facilitar a gestão, dado o estado em que ficaram os jornais depois do período revolucionário. Mas o poder dos governos nomearem administrações e chefias provocou um clima de tensão com os jornalistas e há exemplos de atritos quer com executivos de maioria partidária, quer com os de iniciativa presidencial de Ramalho Eanes.

Uma das características centrais do período da imprensa estatizada foi o acentuar da crise nos jornais. Esta tendência refletiu-se em todos os setores e durante cerca de uma década, várias foram as vozes nos jornais que chamaram a atenção para o problema. Na sua origem, estariam o passivo herdado do investimento ainda no período da ditadura, o período revolucionário, as graves perdas registadas na imprensa estatal, que tiveram como consequência os apoios indiscriminados que os sucessivos governos concediam aos jornais. Outros fatores acentuaram a crise: a descida nas tiragens, o preço do papel, as perdas na publicidade levaram a que a subsistência de jornais dependesse de uma política de subsídios.

Quer no setor público, quer privado, a crise económica é constatável por alguns dos números disponíveis, mas também pelos contínuos alertas que as autoridades de diferentes quadrantes políticos iam lançando. Num estudo encomendado pelo Conselho de Imprensa, em 1978, revelava uma situação financeira grave: “O relatório elaborado por aquela reputada economista [Manuela Silva] apontava o valor de 1 611 418 contos para os prejuízos acumulados no conjunto da imprensa nacionalizada e intervencionada.” (Carvalho, 1986: 286).

A política de subsídio das empresas jornalísticas foi mantida por vários governos com orientações políticas muito distintas. O financiamento da comunicação social foi uma das características mais complexas de todo este período, sendo esgrimido para justificar a crise e assacar responsabilidades pelas diferentes partes. As empresas públicas não eram as únicas a receber apoios. Quase dois terços do subsídio de papel foram para o setor privado, já que o maior número de títulos correspondia à imprensa regional.

Por incapacidade ou por falta de controlo do Estado sobre a gestão das contas das empresas, os gastos foram-se acumulando e as soluções parecem ter passado por diferentes formas de cabimentar fundos de apoio⁴.

4 Pontualmente os governos faziam publicar legislação em que se definia os subsídios anuais, como é o caso do *Despacho Normativo* nº 21/79, nº 311/81, nº 178/82, nº 181/82. Atribuía-se também outros apoios que dependiam das subidas de preços verificadas noutros setores, como os portes pagos, de que os *Despachos Normativos* nº 69/82, nº 70/82, nº 72/84, são exemplos, bem como subsídios de papel, *Despacho Normativo* nº 65/81, nº 165/82, nº 71/84, nº

Havia também muitas publicações periódicas de iniciativa privada de duração efêmera, uma vez que a estrutura financeira que as sustentava era muito frágil. Todas as publicações nacionais e regionais recebiam verbas. Por outro lado, algumas publicações de circulação diária ou semanal eram claramente jornais com um perfil editorial político, ainda que não fossem declaradamente órgãos de partidos.

A carestia e a carência do papel assumiram um papel central, sendo a maior parte importado. Todos os anos os governos determinavam os subsídios a conceder para o pagamento do papel. Essa atribuição fazia-se em função das tiragens e circulação dos títulos. Outra das formas de subsídio contemplado pela lei era o porte pago. Este sistema de financiamento tornou-se ainda mais alargado com os governos a subsidiarem portes para o estrangeiro.

O fecho de alguns títulos traduz também as dificuldades que o setor atravessou. Jornais que foram criados na sequência da Revolução, apenas com uma intenção de informação política, tenderam a desaparecer. Joaquim Vieira aponta a normalização da vida política para justificar o seu desaparecimento:

De entre os títulos que a curta prazo desapareceram contam-se o *Jornal Novo*, e *A Luta*, sendo substituídos pela *Tarde* e *Portugal Hoje*, também de curta duração. O *Tempo* e *O Diário* sobreviverão ainda por mais de uma década, mas com uma influência cada vez mais diminuta. Casos notáveis de resistência são os de *O Dia* e do semanário *O Diabo*, fundado em 1975 por Vera Lagoa e posicionado à extrema-direita. (Vieira, 1998, p. 278).

A extinção gradual destes jornais, criados com o objetivo do combate político, reflete uma alteração em termos das preferências do público, que parece ter abandonado as grandes polémicas e começou a evidenciar outro tipo de interesses mais diferenciados. Nos casos do *Diário Popular* e de *A Capital* houve um esforço no sentido da alteração da linha editorial, que tinha como objetivo ir ao encontro das preferências dos leitores.

A circunstância de encerramento dos jornais da tarde prende-se com outro fator de crise para imprensa, a publicidade. No início da década de 90, deu-se a relativa liberalização do mercado televisivo, o que retirou anunciantes aos jornais. Também a proliferação das rádios, nomeadamente a TSF, Rádio Press ou a Rádio Nova, que ocuparam um novo espaço noticioso, que retirava público a estas publicações.

No início da década de 90, deu-se uma alteração significativa no campo dos media. Para além do aparecimento de novos títulos, imprensa especializada e a relativa liberalização do mercado televisivo, houve também a proliferação das rádios, sendo o espaço noticioso mais concorrencial, o que retirou público aos títulos nacionais tradicionais, temas

91/85, entre outros, como a redução de tarifas de telecomunicações.

que seriam alvo de notícia dos jornais, nomeadamente nos exemplos apresentados adiante.

A sobrevivência dos jornais de circulação nacional acabaria por estar também ligada à questão das vendas. Segundo a legislação, a fiscalização cabia ao Conselho de Imprensa, mas este organismo nunca teve meios para o fazer. Nos relatórios, para além de se chamar a atenção para esta incapacidade, aparecem apenas dois registos de tiragens. Para o ano de 1979, são reportados apenas os números do mês de janeiro, sem indicar os resultados dos jornais estatais *O Século* e *A Capital*. O registo seguinte é o das vendas do primeiro trimestre de 1983, de acordo com dados divulgados pela Associação da Imprensa Diária, em valores brutos.

Caberia às administrações fazer chegar os dados ao governo, mas o controlo de tiragens e sobras não era feito por uma entidade independente. Os dados oficiais eram publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Os critérios foram, contudo, variáveis ao longo dos anos. O controlo das tiragens e a criação da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT) só ocorreu em 1986, mas gerou grande polémica, tendo os jornais do Estado mostrado muita resistência a este mecanismo de aferição.

6.5. O jornalismo português em democracia: linhas editoriais e contextos de desenvolvimento

A construção do sistema mediático português na III República é um processo complexo e que carece ainda de estudos monográficos detalhados, de forma a poderem ser aferidas linhas de evolução. É sabido que a forma como a imprensa e os demais media se estruturam, nas décadas de 80/90 do século XX, resulta de um conjunto de processos de influência que têm a sua origem na ditadura, no período controverso que sucedeu à revolução de 25 de Abril de 1974, mas também de outros elementos estruturantes como a conjuntura política, condicionalismos económicos e os baixos índices de leitura e consumo de jornais.

A edificação do sistema mediático português levaria à sua integração no Modelo Pluralista Polarizado, definido na perspetiva de Hallin e Mancini (2004). O sistema público de gestão da imprensa, mas também o setor privado vocacionado para o combate político de alguma forma foram os elementos estruturantes vividos pela imprensa e demais meios, na década de 80, em Portugal. Os modelos de gestão e a criação de jornais com um propósito político podem ser entendidos como:

(...) a tendency to instrumentalization of media by politic and economic elites and they their use as tools of bargaining and manoeuvring among those elites, frequent state intervention and involvement in the media system, lesser development of journalistic professionalism, lower newspaper circulation and so on. (Hallin & Mancini, 2012, p. 279).

Na perspectiva destes autores, os modelos de média geralmente estruturam-se pela forma como o regime político se articula com o sistema de mediático, sendo determinante no estabelecimento de modelos democráticos de governação.

No caso português, a Revolução de 1974 encerrou um período de quase 50 anos de ditadura. Nas duas décadas seguintes, a evolução dos media foi marcada pela herança histórica da ditadura e também pelo período revolucionário. Entre 1976 e 1988, diversos fatores contribuíram para criar um ambiente contraditório nas relações entre a imprensa e os poderes políticos. Durante esta fase, delinear-se duas perspectivas sobre o papel do jornalismo e da imprensa, que ficaram patentes na integração no setor privado ou setor público. Este último era dominante e caracterizou-se pela manutenção de uma dependência do poder político, uma vez que a maioria dos meios de comunicação era apoiada pelo Estado, o que levou a formas de controlo político nas redações.

Ainda neste período, mas particularmente com o fim do processo de reprivatização dos jornais, um novo ciclo emergiu, com a criação de empresas e grupos jornalísticos, pelo lançamento de uma imprensa especializada, a afirmação do jornalismo investigativo e pela assunção da função de *watchdog* típico de uma imprensa enquadrada num sistema democrático.

A lei de imprensa de 1975, que prevaleceu por um longo período, colocava o foco na ideia de uma cidadania esclarecida e na contribuição que o jornalismo deveria ter na divulgação de assuntos políticos, numa visão típica dos sistemas mediáticos das democracias ocidentais. Os próprios jornalistas construíram esta imagem de independência política, mais próxima dos jornais americanos do final do século 20, que não apresentavam preferências políticas (Gunther & Mughan, 2000, p. 11).

Apesar das dificuldades em delinear um marco teórico claro para o período em que predominou a imprensa estatizada, parece ter existido uma clara preferência por um tipo de jornalismo muito marcado pela agenda política. Não fora a forma vincadamente institucional de relacionamento dos jornalistas com as fontes de poder, patente nas notícias dos jornais daquele período, poder-se-ia olhar para esta época como o primado do jornalismo de referência (Ribeiro, 2009). Os jornais portugueses, a partir de 1974, concederam grande espaço à agenda política, ao noticiário internacional e também à economia. Sendo estas consideradas as editoriais típicas do “quality journalism” é também verdade que o jornalismo se define não só pelos conteúdos, mas também pelo discurso das notícias, os leitores a quem se dirige e, inevitavelmente, como um modelo de negócio, embora não se esgotando nele (Richardson, 2006).

Esta diversidade de objetivos terá sido a mais difícil de concretizar entre os anos 1976 e seguintes. De uma maneira geral os jornais estatizados praticaram um jornalismo muito marcado pelas fontes políticas e pela própria dinâmica da agenda daquele período, caracterizado por uma grande instabilidade governativa, mas também pela hierarquia das fontes, fossem elas partidárias, militares ou o Presidente da República.

Este modelo deixou de fora os formatos de sensacionalismo ou jornalismo tabloide, típicos da imprensa popular anglo-saxónica, que não encontraram bom acolhimento no caso português. Apesar disso, algumas das construções narrativas características deste fenómeno, acabaram por ser adotadas, como foi o caso do *Correio da Manhã*, lançado por Vítor Direito, em 1979. Com um início marcado por grandes dificuldades, este jornal acabaria por vingar e ter implantação na Grande Lisboa, tendo como público-alvo uma população menos instruída e com menor interesse nos debates políticos típicos da agenda dos títulos nacionais.

Definir esta publicação ou outras num perfil editorial sensacionalista carece ainda de estudos de conteúdo detalhado, contudo terá sido o próprio fundador do jornal, que cansado das polémicas partidárias se propôs o lançamento de um tabloide à maneira britânica, quer no design quer nos conteúdos” (*Correio da Manhã: o jornal que nasceu para responder às preocupações do “homem da rua”, Público, 19 março de 2004*). O *Tal & Qual*, lançado em 1980, estaria numa linha editorial mais sensacionalista, como se verá adiante. Quanto ao *Jornal de Notícias*, embora não optando por uma tabloidização clara, também acabaria por regressar ao seu estilo de jornalismo de orientação mais popular. As décadas de 80 e 90 do século XX trouxeram transformações no campo da imprensa e dos media. Assim, a história do jornalismo é também a história dos media, onde se cruzam fatores internos e externos de influência. Há linhas de desenvolvimento transversais ao panorama mediático ocidental, mas também e há características específicas de cada país. A imprensa portuguesa integra-se em alguns aspetos, nos ciclos globais de desenvolvimento, mas tem elementos específicos que se prendem com as particularidades históricas e com debilidades enraizadas.

Embora com cronologias diferentes, segundo os países, as empresas jornalísticas sofreram processos de reconfiguração para garantir a sobrevivência, face a momentos de crise acentuada. Crise transversal, mas com cronologias diferentes, levou ao corte nos custos, ao desaparecimento de títulos, à fusão de empresas, à inserção em grupos de média e à globalização. Deste processo resultaram também linhas de convergência. Tal é o caso da perspectiva do desenvolvimento vista à luz da economia política dos media:

One area which is worth considering in relation to journalism’s historical context is that of the political economy of the media and the ways in which journalism has fitted within it. Considerations of the political economy of journalism support the view that journalism history needs to be better integrated not only into the mainstream of media historiography but into the historiography of related areas.” (Hampton & Conboy, 2014)

Outra das linhas de identificação comum é o modelo de jornalismo praticado:

This is the idea that news media worldwide are converging toward a single global model of journalism. The assumption is usually that that world media are converging toward a liberal system more

or less like the system that prevails in the United States, dominated by commercial media and by a professional culture oriented toward information consumers, factual reporting, political independence and the objectivity norm.” (Hallin, 2009).

Para Marcel Broersma esse fenómeno traduziu-se numa ideia de americanização dos formatos jornalísticos:

In spite of this initial opposition, the influence of US journalism and American culture in general rose during the course of the twentieth century (...). It is useful to distinguish between «Americanization» as process and as a discourse. At both levels, «Americanization» offered journalism a framework to cope with modernity and the upcoming democratic society. It (...) offered valuable strategies to make journalism more attractive and accessible for mass audience while providing it with autonomy and authority. (Broersma, 2020).

Estes diferentes elementos também tiveram a sua influência na forma como evoluiu o jornalismo em Portugal. Esta perspetiva de modernidade esteve sobretudo presente em novos projetos jornalísticos. São em seguida apresentados três projetos editoriais muito distintos, justamente porque correspondem a variedade de opções para diferentes públicos. A imprensa portuguesa adotou processos de readaptação e criaram-se novos projetos, que ofereceram uma maior diversidade temática e um jornalismo mais de encontro ao gosto de audiências mais amplas. Os jornais procuraram outras formas de sustentabilidade como o corte de custos e a informatização das redações. Por outro lado, a contratação de jornalistas com formação superior, novas temáticas e *layouts* diferentes são alguns dos aspetos inovadores e de abandono do propósito editorial socialista (Lima, 2012).

Partindo destes elementos enquadramentos, procuramos entender como se construíram os elementos de identidade editorial de alguns jornais e a forma como se articularam com os seus leitores, através de uma análise de conteúdo, que tem como pano de fundo a prevalência do jornalismo de referência, mas onde também se afirmam projetos de intenção sensacionalista.

O *Expresso*, *Semanário* e *Tal & Qual* foram os jornais estudados nos anos de 1983/1984, numa fase da imprensa portuguesa em que o setor dos Estado era dominante, e as temáticas da política eram também o eixo da maioria das agendas noticiosas. No campo da imprensa privada de âmbito nacional, destacamos estes três periódicos, sendo que dois deles foram lançados nesta década, embora o *Expresso* tenha nascido no final da ditadura.

Para esta abordagem são consideradas duas perspetivas: o jornalismo de referência e a emergência do formato tabloide. O jornalismo de referência privilegia o tratamento das temáticas da política, internacional e economia. A linguagem é cuidada e os temas são abordados numa perspetiva aprofundada. (Franklin *et al.*, 2005; Preston, 2004). As definições do sensacionalismo radicam nos jornais anglo-saxónicos do século XIX, mas com a evolução

da imprensa, alguns elementos-chave permitem uma melhor identificação do formato, anteriormente enunciadas e a que poderíamos ainda acrescentar o enquadramento de escândalo (Thompson, 2000). Alguns destes elementos acabariam por ser uma das linhas de desenvolvimento editorial do *Tal & Qual*, um dos jornais selecionados. O *Expresso* corresponde à sua matriz editorial de fundação, enquanto que o *Semanário*, apesar de se inserir nas temáticas dos “quality papers”, integra alguns elementos de “soft news”.

No campo do setor privado da imprensa, o estudo destes três títulos para o período de 1983/1984, justifica-se porque representam as linhas editoriais anteriormente definidas, mas também porque foram projetos de maior folego e de aceitação por parte do público português. Não se trata de fazer a sua história destes títulos, porque esse seria um projeto mais sistemático e desenvolvido, mas sim de pontuar algumas das suas características editoriais e as notícias publicadas. Contudo, os anos e títulos escolhidos espelham de alguma forma uma época de transição, com elementos claros de inovação.

O jornal *Expresso* foi lançado em 1973, por iniciativa de Francisco Pinto Balsemão, que procurou criar um semanário segundo os modelos escolhidos: *The Observer* e *Sunday Times*.

Tive como modelo projetos profissionais, como o *Sunday Times* e o *The Observer*. Consegui, aliás, que um pequeno grupo de pessoas, que ia trabalhar no *Expresso*, fizesse um estágio em ambos os jornais.” (Pinto Balsemão em entrevista ao *Expresso*, 28 setembro de 2020)

Ainda no tempo da ditadura e da censura, o seu slogan era “*Expresso*, o jornal dos que sabem ler”. De formato “broadsheet”, este semanário teve, desde os primeiros números, uma vocação para as temáticas da política, em que a ideia da perspetiva crítica face ao poder levou punições pelo regime censório ainda durante a ditadura, sendo visto como “irreverente” (Cavaco, 2012, p. 105). Após o 25 de Abril, o jornal teria também inúmeras fricções com os militares no período revolucionário, que foi marcado por dificuldades económicas. Já no período da democracia constitucional, a perspetiva de entender o jornalismo como “whatchdog” do sistema político manteve-se e foi continuada pelas diferentes chefias do semanário.

“A partir de 1976, normalizada a situação política, o jornal começa finalmente a poder assumir o papel de contrapoder — no sentido de assumir e respeitar a legitimidade de um poder finalmente democrático e sufragado em eleições livres. A concorrência é vasta e quer o *Tempo* quer *O Jornal* chegam a ultrapassar o *Expresso*. A competição, porém, nunca assustou Balsemão. “A concorrência foi-nos sempre útil: de cada vez que um novo concorrente aparecia, o produto melhorava, o *Expresso* aumentava as vendas, o mercado publicitário alargava”. Uma verdade que se há de confirmar mais tarde com o *Semanário*, *O Independente* e o *Sol*.” (José Pedro Castanheira, *Revista Expresso*, 5 janeiro de 2013)

Nos anos aqui em estudo, 1983 corresponde a alguma indefinição, em razão da ida de Pinto Balsemão para a chefia do VIII Governo Constitucional (1981/ 1983). Foi um período

complexo, marcado pelo desentendimento entre Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa, resultando na saída deste do jornal e alterações nas chefias. Augusto de Carvalho assumiu o cargo de diretor interino do *Expresso* e tinha como subdiretor José António Saraiva. No ano seguinte, este seria já o novo diretor, sendo o redator principal Augusto de Carvalho. A década de 80 foi uma fase de crescimento e renovação da redação, com a entrada de vários jornalistas de referência e com o aumento de número de páginas do jornal e dos cadernos. A *Revista* ficaria a cargo de Vicente Jorge Silva.

Em termos de formato o *Expresso* tinha 24 páginas no caderno principal, e dois suplementos, de paginação variável, mas, em regra, podia ir às 70 páginas. O jornal tinha uma publicidade abundante em todos os cadernos. A agenda noticiosa era sobretudo constituída pelas editorias nobres como Política, Economia, Internacional. As páginas dedicadas à Cultura cobriam, em regra muitos géneros típicos das elites, como música clássica, literatura, belas artes, embora não excluindo outras temáticas.

O *Expresso* publicava muitas notícias e géneros jornalísticos variados, as temáticas eram muito diversificadas, mas a Política era a editoria dominante. Nos primeiros meses de 1983, o jornal dedicava as manchetes e as notícias principais ao governo de aliança e à crise governativa. Tratava-se do IX Governo, chefiado por Mário Soares e constituído por uma coligação pós-eleitoral entre o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, que se manteve até 1985. O segundo ano de análise do *Expresso* revela uma agenda também marcada pela crise governativa, mas agora conferindo grande ênfase ao papel desempenhado pelo Presidente da República, Remalho Eanes. Na coluna “Política à portuguesa”, José António Saraiva assinava o texto “CNARP: finalmente o partido” (*Expresso*, 26 maio de 1984), explicando as movimentações em torno das hostes eanistas. Vicente Jorge Silva, Maria João Avilez assinaram “Eanismo, o minuto zero”, para a edição da *Revista* (*Expresso*, 26 maio de 1984). O tom dos artigos é crítico e toca os diferentes setores partidários. O jornalismo praticado é, em termos discursivos, de avaliação da situação política, com críticas ao PSD, PS e a todo o espectro político nacional ou local.

Neste biénio, o *Expresso* publicou também jornalismo de investigação, como um caso relativo a “luvas” na compra de aviões Lockheed, (*Expresso*, 3 março de 1983). Publicou também sobre o resvalar de contas na construção de habitação social, em maio do mesmo ano, peça assinada por Joaquim Vieira (*Expresso*, 21 maio de 1983). No ano seguinte, durante o verão, saem também uma série de notícias em vários números relativas às FP-25, sendo a primeira sobre a preparação de novos atentados (*Expresso*, 30 junho de 1984).

A *Revista* foi um dos elementos mais claros do tratamento do jornalismo em profundidade. O jornal agendava um tema e desenvolvia uma perspetiva informativa exaustiva e complementar. A título de exemplo, em maio de 1983 o jornal abordou a correlação entre a implantação partidária e o figurino social português, com recursos a diferentes géneros, imagem e infografias: “Domínio socioeconómico e estrutura partidária” (*Revista Expresso*, 7 maio de 1983). Os temas da *Revista* eram muito variados, podendo incluir notícias de sociedade,

saúde, as rádios, mas a política era também tratada neste caderno, quando se pretendia uma cobertura mais aprofundada como é o caso do especial “PSD: trajeto de uma década” (*Revista Expresso*, 5 de maio de 1984).

O jornal *Semanário* foi lançado em 1 de novembro de 1983 e contou com jornalistas e por várias figuras marcantes da sociedade portuguesa, da época. No projeto inicial participaram nomes como Marcelo Rebelo de Sousa, saído do *Expresso*, Proença de Carvalho, José Miguel Júdice, João Lencastre, Fernando Ulrich, entre outros. Tinha como diretor Vítor Cunha Rego e o chefe de redação era José Mendonça da Cruz. A linha editorial deste semanário, para o período em análise, tinha pontos coincidentes com o *Expresso*, uma vez que a agenda noticiosa era sobretudo o noticiário político. Tinha também uma abordagem concorrencial e polémica com este jornal.

As edições iniciais tinham menos páginas e eram de número variável, mas chegaria, em 1984, às 64. Acabaria por criar também um caderno, *Dossier*, onde se tratavam temas mais profundamente, mas que ficava aquém do *Expresso*. A publicidade inicial era escassa, foi aumentando, mas nunca teve o mesmo volume que o seu rival.

O número de lançamento faz uma manchete com as chefias militares, assinado por Miguel Júdice, e a capa refere artigos de vários colunistas ilustres. No editorial vinha estipulado o propósito do *Semanário*, que seriam as notícias de política, sociedade, economia e internacional, mas também a moralização das instituições (“Estatuto editorial”, *Semanário*, 1 de novembro de 1983). No editorial assinado por Vítor Cunha Rêgo, o diretor prometia não fazer um jornalismo de subserviência: “Fora do sistema, fora da gestão do ‘poder’, da prática que se instalou, mas que vai chegando ao fim, irá marcar uma vontade.” (“O que nos Interessa”, *Semanário* 1 novembro de 1983)

Uma grande parte do jornal era ocupada por colunas de opinião, assinadas por figuras políticas ou jornalistas, que tocavam as diferentes notícias da agenda política. As perspetivas sobre economia eram também muito frequentes, sobretudo em temas de macroeconomia e a relação com a crise. Outros colunistas faziam abordagens mais abrangentes de temas de sociedade ou local, como Paulo Valada e Agustina Bessa-Luís. Marcelo Rebelo de Sousa assinava a coluna da penúltima página.

Os títulos das notícias, tal como no *Expresso*, eram muito avaliativos, mas podem ser vistos como mais adjectivantes, no sentido negativo: “A carta de Belém: um monstrosinho jurídico” (*Semanário*, 17 dezembro 1983), “RTP, o assalto em marcha” (*Semanário*, 14 janeiro de 1984) ou “Soares quer sair mas o PSD não vai nisso” (*Semanário*, 30 novembro de 1984), são alguns exemplos de processos de enquadramento interpretativo.

Embora a política fosse o principal tema de agenda, o *Semanário* também incluía “soft-news”. Havia, semanalmente, uma página dedicada a eventos da sociedade lisboeta, como festas e estilos de moda. Um artigo sobre a boa forma de Jane Fonda é chamado à capa (*Semanário*, 31 março de 1984), e as rúbricas sobre mulheres eram normalmente dedicadas a temas de beleza e boa forma.

O semanário *Tal & Qual* foi fundado em 1980, por Joaquim Letria, e o título resulta de um programa com esse nome, que o jornalista tinha na RTP, mas que foi forçado a abandonar. A história do lançamento deste semanário foi dada a conhecer recentemente e o projeto nasceu de uma iniciativa conjunta de Joaquim Letria, Rocha Vieira, Ernâni Santos e Ramon Font (Rosa, Fafe, 2020). O primeiro diretor foi Joaquim Letria, sendo substituído, em 1984, por Rocha Vieira. Aquando do lançamento tinha 14 páginas. A publicidade inicial era escassa, mas acabaria por aumentar.

Desde o primeiro número que o jornal procurou ser uma “pedrada no charco” no meio jornalístico português e o recurso ao sensacionalismo foi assumido como uma forma diferente de fazer notícias: “O *Tal & Qual* publicará as histórias que não saem nos outros jornais”, segundo Rocha Vieira (Rosa & Fafe, 2020, p. 20). A visão crítica deste fundador em relação aos outros jornais está de acordo com a avaliação feita por Joaquim Letria, no mesmo livro: “Os jornais na altura não davam notícias’. Eram sinfonias de uma só pauta, repetição do mesmo eco, diligentemente vigiadas, por jornalistas convertidos em comissários.” (Rosa & Fafe, 2020, p. 19).

O jornal assumiu-se como tabloide sensacionalista, sendo as capas deste período constituídas por inúmeras manchetes de escândalo. No plano das editoriais o semanário apresentava grande variedade, mas notícias de sociedade tinham a primazia. A política também esteve muito presente, mas os títulos propunham interpretações de escândalo ou temas polémicos.

As peças de jornalismo de investigação não eram normalmente assinadas, o que era comum neste período. Tal como nos outros dois semanários, a notícia de investigação fazia-se com fontes omissas ou mencionadas de uma forma vaga. Segundo é também relatado no livro, eram usados pseudónimos nas peças mais polémicas ou a assinatura “Repórter Tal & Qual”.

Um dos enquadramentos claros de escândalo foi o recurso a temáticas de cariz sexual e nestas, as fotografias eram abundantes e explícitas. O reforço da linha sensacionalista é evidente neste período com duas capas relativas a figuras públicas. Disso são exemplos as fotos da apresentadora Maria Elisa, tiradas de um filme numa praia (*Tal & Qual*, 2 junho de 1983), e de Ana Zanatti, que teria feito um filme de cariz pornográfico (*Tal & Qual*, 8 e 21 janeiro de 1983). Mas estas temáticas foram recorrentes na vida do jornal e a imagem de nus ou de cariz sexual abrange tantos nomes conhecidos da sociedade portuguesa, como de ilustres desconhecidas.

A escolha do *Tal & Qual*, neste período específico de tempo, prende-se, particularmente, com o “Caso D. Branca”. Este representa um exemplo notável de jornalismo de investigação que abalou os alicerces do regime democrático. Em março de 1983, o jornal faz manchete com “D. Branca — uma banqueira às suas ordens” (*Tal & Qual*, 5 março de 1984). A primeira leitura da notícia deixa algumas dúvidas quanto à forma como a informação chega ao jornalista, uma vez que não há fontes citadas. Contudo, a boa prática jornalística fica evidenciada porque se entende que o repórter procurou cruzar a informação. No livro sobre o jornal, é explicado como o caso chega à redação, e como o jornalista Hernâni Santos entrevista a senhora

e a onda de reações que se sucederam (“Só quero ajudar os pobres”, *Tal & Qual*, 12 abril de 1984). A primeira grande notícia seria o início de muitas manchetes. As implicações do caso e o envolvimento de diversas personalidades acabariam por resultar no processo judicial e condenação da “banqueira do povo”. As consequências foram também políticas, obrigando à intervenção do ministro da Finanças, Ernâni Lopes (“Ernâni faz xeque a D. Branca” (*Semanário*, 29 de junho de 1984). Ainda que os outros dois semanários tenham feito a cobertura deste escândalo financeiro, a verdade é que o *Tal & Qual* “fez” notícia e os outros jornais seguiram este tema de agenda. É também certo que o caso foi tratado até à exaustão, como também é típico do jornalismo sensacionalista e dos enquadramentos de escândalo.

A modernização da imprensa, segundo as linhas anteriormente expostas, trouxe a diversificação da agenda noticiosa, mas também alguma perda de qualidade de informação e a ascensão do jornalismo tabloide. Os jornais escolhidos para o período seguinte, que abriria a época dos media em Portugal, espelham alguns elementos da diversidade na imprensa generalista portuguesa. O estudo incide sobre os diários *Correio da Manhã*, anos 1979/1990, de forma a aferir a evolução, o *Público* anos 1990/1991 para identificar a sua matriz fundacional, e o semanário *Independente*, no ano de 1988, correspondendo também ao ano de início de publicação.

O *Correio da Manhã* foi lançado a 19 de março de 1979, tendo como diretor Vítor Direito. A propriedade era da Presslivre, Imprensa Livre, SARL. De acordo com Matos Lemos (2006), o jornal pertencia a uma cooperativa de jornalistas.

No número de lançamento, o jornal publicou o seu propósito editorial através do “Bilhete Postal de apresentação”, onde se definia como um diário privado, independente e democrático. Era privado por oposição à imprensa do Estado. Afirmava a independência face a posicionamentos partidários e definia-se como democrático no sentido de ser contra radicalismos (*Correio da Manhã*, 19 de março de 1979).

No primeiro ano de publicação, em 1979, apesar de o *CM* ser, frequentemente, definido como um projeto tabloide, a política é uma constante. Outro fator que contradiz essa caracterização é o facto de esta editoria ser normalmente chamada à capa, embora nem sempre à manchete. Podemos constatar, também, que os enquadramentos discursivos não eram obrigatoriamente sensacionalistas. Ainda assim, o jornal publicou títulos como “Lisboa corre para o prego” ou “Moça simples era espia” (*Correio da Manhã*, 19 março de 1979); “Os medicamentos estão pela hora da morte” (*Correio da Manhã*, 25 março de 1979); “Pintassilgo hablo muito mas disse pouco” (*Correio da Manhã*, 6 de agosto de 1979). Durante o primeiro ano de publicação, este diário apresentou uma miscelânea de notícias, mal-arrumadas, mas em que a organização editorial era confusa e os temas não obedeciam exatamente a secções. As editorias dominantes eram política, internacional, sociedade e crime. Graficamente o jornal era pobre e pouco apelativo e apesar de se publicarem algumas fotos de mulheres insinuan-tes, não havia chamada à capa, como é vulgar atualmente.

Em 1990, a linha editorial do *Correio da Manhã* é similar, mas os elementos de

tabloidização são mais frequentes nas capas e nas notícias. Ainda assim, os temas de política continuam a merecer destaque na primeira página e com muito tratamento da agenda. O *CM* produziu bastante noticiário internacional, num ano muito marcado pelo fim do Bloco de Leste. Contudo, as notícias procuravam mais o ângulo humano, do que as questões de geopolítica. Neste ano, alguns enquadramentos discursivos eram já vulgares e de mau gosto. Os enquadramentos de escândalo tornaram-se mais evidentes e as capas produziam grandes títulos, mas pouco desenvolvimento da notícia.

O pendor sensacionalista fazia-se notar nos elementos discursivos das manchetes como “Anarquia assusta hoteleiros” (*Correio da Manhã*, 6 fevereiro de 1990); “Descoberto petróleo em Torres” (*Correio da Manhã*, 4 março de 1990); “Quinhentos homicídios este ano” (*Correio da Manhã*, 6 dezembro de 1990).

Em várias notícias em que o tema é a morte produziam abordagens mórbidas como “Elena Ceusescu: a megera da Roménia” (*Correio da Manhã*, 2 fevereiro de 1990) ou “Fenómenos insólitos investigados por jornalista francês” (*Correio da Manhã*, 14 dezembro de 1990). Os enquadramentos de escândalo estavam também presentes, particularmente em notícias sobre figuras públicas, como “Filho do Marques da Graciosa matou a mulher e suicidou-se” (*Correio da Manhã*, 15 dezembro de 1990); ou “Embargadas as obras na casa de Soares” (*Correio da Manhã*, 1 de dezembro de 1990).

Globalmente, apresentou uma clara evolução face ao seu ano de lançamento. As melhorias traduziram-se num maior agendamento de desporto, onde se podem destacar os cadernos. Houve ainda mais noticiário local. O jornal apresentava uma cobertura mais alargada em termos geográficos, e maior diversidade temática, o que terá contribuído para o aumento do seu público. Registaram-se também melhorias gráficas evidentes, face aos números iniciais. O *CM* inclui, em 1990, mais fotografias de mulheres, também com nus, mas ainda sem chamadas à capa. Não era um tabloide puro, mas tem traços editoriais que evidenciavam essa tendência.

O jornal *O Independente* saiu nas bancas a 20 de maio de 1988. Era um semanário, propriedade da SOCI — Sociedade Independente de Comunicação. Teve como diretor inicial Miguel Esteves Cardoso, coadjuvado por Paulo Portas. Foi um projeto diferente e que gerou múltiplas polémicas. “Um jornal que marcou uma geração, agitou o país e coloriu o jornalismo cinzento que se fazia por cá. Um jornal que desarrumou certezas, desempoeirou formatos, libertou palavras, espicaçou ideias, provocou debates. Um jornal que desassossejou a política, fez tiro ao alvo a ministros e partiu dentes ao poder. Um jornal que foi amado e odiado.” (Costa, Valente, 2015).

Logo no número 0, *O Independente* debate a necessidade de haver jornais, mas assinala as dificuldades do setor. Não publicou um manifesto editorial, mas num artigo assinado por Miguel Esteves Cardoso, “A nossa história”, há a explicação de como surgiu a ideia entre ele e Paulo Portas e que conclui com: “O Independente ainda não tem história. Esperamos que venha a tê-la.” (*O Independente*, 20 maio de 1988).

Este semanário era composto por quatro cadernos e podia chegar às 130 páginas. Tinha uma imagem gráfica diferente, ousada quer na maquetagem, quer nas imagens. Apresentava muita diversidade temática, com enquadramentos discursivos inovadores, muitas vezes provocadores ou chocantes. Globalmente, era dirigido a um público jovem, urbano, cosmopolita.

Durante o ano de 1988, as manchetes foram maioritariamente sobre política. Em regra, o título era em tipo grande e a imagem ocupava quase toda página, sendo o texto escasso. Enquadramentos discursivos diferentes das manchetes, mas também de outros títulos produziam uma remissão interpretativa através de metáforas, imagens, exageros, humor, etc.. Alguns exemplos destes enquadramentos publicados na primeira página: em “Há guerrilhas no Cavaquistão”, o recurso é a uma linguagem metafórica depreciativa (*O Independente*, 3 de junho de 1988); “As Ma\$\$as do PC” [sic] remete para um enquadramento de humor e jogo de palavras (*O Independente*, 2 dezembro de 1988). Na manchete “Afundou” [Constâncio e a demissão de secretário geral do PS], há uma construção de imagem profundamente negativa (*O Independente*, 28 de outubro de 1988). O humor está presente em variados títulos como “A vingança do chinês”, relativa à saída do ministro Roberto Carneiro do governo, numa clara alusão à sua fisionomia (*O Independente*, 18 novembro de 1988). “As notícias no diário das ditas”, onde mais uma vez recorre a um jogo de palavras para identificar o DN (*O Independente*, 16 dezembro de 1988). Em “PSD: sopa no Eurico”, o jornal usa mais uma vez o humor para identificar uma ação negativa (*O Independente*, 14 outubro de 1988). Os exemplos de enquadramentos discursivos foram constantes e atingiram os diferentes atores políticos, mas houve uma maior preponderância nas temáticas relativas ao governo de Cavaco Silva.

Do ponto de vista temático, o jornal apresentou temas de cultura tratados com grande qualidade, mas eram diferentes do habitual, por vezes alternativos, com uma evidente opção pelos gostos musicais de Miguel Esteves Cardoso. A literatura e outras artes também estavam presentes e reforçam a ideia de gostos claramente preferidos por um público jovem e urbano.

O jornal *Público* é outro exemplo desta nova geração de jornais surgida num período de grande dinamismo da imprensa portuguesa e dos media. Lançado em 5 de março, 1990, a sua propriedade pertencia a Público, Comunicação Social S.A., uma empresa detida pelo Grupo Sonae.

O projeto deste diário terá partido de Vicente Jorge Silva, que inicialmente o apresentou a Pinto Balsemão, que não acolheu a ideia:

O mesmo não sucede com Belmiro de Azevedo, o “patrão” da Sonae, que transforma o sonho de Vicente no matutino *Público*, lançado em 1990. Vicente e Wemans levam consigo quase uma vintena de jornalistas, entre os quais José Manuel Fernandes, Nuno Pacheco, Teresa de Sousa e José Vítor Malheiros, além de outros trabalhadores. (*Revista do Expresso*, 5 janeiro de 2013)

Com Vicente Jorge Silva, como diretor, e Jorge Wemans como diretor-adjunto, o *Público* ensaia o novo projeto com números 0, ainda em 1989, em que as edições são primorosas. O aspeto gráfico era de uma qualidade extrema, sendo as fotografias um elemento estético muito demarcado dos demais jornais. Já nesta altura, o diário publica infografias de grande qualidade. Estas edições o incluíam cadernos especiais, mas também notícias, de tratamento aprofundado. Foram uma experiência gráfica e de conteúdos de grande qualidade.

No número de lançamento foi publicado o “Estatuto Editorial”, que ainda se mantém, bem como o editorial “Nasceu um Jornal”, onde se podia ler: “um projeto que se propõe alargar horizontes e introduzir um novo ritmo na imprensa portuguesa.” (*Público*, 5 março de 1990, p. 17). Também neste número, o artigo “Público: o diário mais lido pelos quadros médios e superiores”, duas infografias retratam o perfil dos leitores, bem como as tiragens dos diferentes diários nacionais (*Público*, 5 março de 1990, p. 18).

E o *Público* é claramente um jornal de referência, pela preponderância das editoriais de Internacional e Política, bem na forma cuidada como são tratados os temas das demais editoriais, pela qualidade dos seus textos e imagem gráfica.

No editorial “Os últimos resistentes”, Vicente Jorge Silva abordou o tema que foi primordial e transversal a todo aquele ano, o fim do Bloco de Leste (*Público*, 5 março de 1990). Embora o noticiário de internacional não tenha sido exclusivo com os temas da Perestroika e as suas consequências, muitas das manchetes deste período abordaram esta questão. A unificação alemã foi tratada aprofundadamente e artigos sobre os diferentes países que saíram da órbita da URSS foram abordados ao longo do ano, sendo muitas vezes acompanhados por infografias, mapas e fotografias num esforço de composição notável. Já no final do ano, as manchetes do *Público* anunciavam o conflito eminente no Golfo. Durante o mês de janeiro de 1991, o jornal fez tratamento exaustivo da guerra, em que as manchetes refletiam o valor noticiado a este tema. O jornal investiu de múltiplas formas na cobertura da Guerra do Golfo, com enviados especiais, correspondentes estrangeiros, uma minuciosa reportagem fotográfica e inúmeras infografias explicativas dos movimentos de tropas e do armamento utilizado.

O jornalismo de referência era óbvio nas editoriais de Política, Internacional ou Economia. Por exemplo, em plena Guerra do Golfo, o *Público* fez a cobertura da campanha eleitoral de uma forma minuciosa e, mais uma vez, recorrendo a infografias para espelhar os resultados. Um caderno sobre regimes presidenciais, apresenta um dos artigos de fundo mais curioso sobre este tema é “As miragens gaulistas na democracia portuguesa” (*Público*, 11 janeiro de 1991).

A inovação deste jornal está também patente na forma como trata os temas de Ciência, Cultura e Educação, nomeadamente as questões do ensino superior. Sociedade, Local e Desporto complementam a diversidade informativa do jornal. Artigos do tipo “watch-dogging journalism” estão igualmente presentes em temas como “Mondego, o desastre

secreto”, a manchete de 13 de maio de 1990, ou “O escândalo secreto do petróleo angolano”, que foi a manchete de 16 de julho de 1990, sendo um tema tratado aprofundadamente, em que se expunham as ligações entre a Petrogal e a Sonangol.

Conclusões

A Revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe grandes transformações ao jornalismo português. O programa do Movimento das Forças Armadas previa o fim da censura prévia, que se extinguiu após o golpe militar. Com a liberdade de expressão, os jornais e media noticiosos puderam assumir o seu papel de informação e de função social no sentido da construção da cidadania.

Na sequência do golpe que derrubou a ditadura, os jornais deram notícia dos acontecimentos que se iam desenrolando no país. Um estudo das primeiras páginas dos *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa* e *Comércio do Porto* revela algumas características editoriais dominantes. Um fator de diferenciação entre os jornais é o número de notícias. Neste campo, o que apresenta uma maior alteração em relação ao período anterior é o *Diário de Lisboa*, com uma média bastante inferior. Quer o *Diário de Notícias* quer o *Comércio do Porto* mantêm valores idênticos, tendência que se vai manter durante o resto do período revolucionário. Quanto às editoriais, a Política ocupa lugar destacado nos três diários, sem surpresas. O *Comércio* foi o diário que apresentou maior diversidade temática, na edição de 25 de Abril, que foi ainda vista pelos censores. Na cobertura fotográfica, o *DN* é quem mostra menor diversidade. A grande alteração do protagonismo da imagem dá-se com o 1º de Maio, com as grandes fotografias do povo nos comícios. O *Comércio* também constitui exceção neste campo, uma vez que no dia 26, quando noticia o golpe militar, inclui sete fotografias na primeira página. Quanto à análise de discurso para estes dias iniciais da revolução, pauta-se por uma linguagem sóbria e cautelosa, e a relação permanente com os comunicados oficiais.

Após o golpe militar e as celebrações iniciais, o país viveu momentos conturbados nos planos político, económico e social. A factualidade noticiosa multiplicou-se e as primeiras páginas dos jornais refletiram essa transformação. A imprensa foi chamada a dar cobertura a valores notícia essenciais ao jornalismo, mas foi igualmente arrastada na escalada da luta política que se seguiu. O primeiro momento dessa transformação política deu-se com o afastamento de chefias coniventes com a ditadura. Contudo, a politização das redações acabaria por se implementar em consequência de um conjunto de fatores. De entre eles destacam-se a própria essência do processo político e reivindicativo, mas também a forma como os militares conceberam o papel da comunicação social. A nova Lei de Imprensa, que deveria ser o documento enquadrador da liberdade jornalística, foi posta em causa e contestada pelos profissionais. Este quadro global gerou configurações

muito específicas nas primeiras páginas dos jornais. O período entre o 25 de abril de 1974 e todo o ano seguinte foi marcado pela radicalização da luta política e pela instabilidade social, enfatizadas pelo PREC.

Em termos de noticiabilidade, as primeiras eleições livres de 1975 funcionaram como valor-jornalístico de primeira grandeza e a imprensa teve a oportunidade, pela primeira vez, organizar a cobertura das eleições segundo um modelo noticioso democrático, mas também de atuar como principal fonte de informação para a cidadania do povo português.

Apesar disso, foram condicionadas por uma conjuntura muito particular. Foi assinado um pacto entre a maioria dos partidos políticos e o MFA, assegurando o seu poder na sociedade portuguesa, o que limitou o impacto das eleições, quanto ao modelo governativo. Ainda assim, a nova Assembleia votaria a Constituição de 1976, dando início ao período da democracia representativa.

A análise comparativa entre os jornais *Diário de Notícias*, *Jornal Novo*, *O Século* e *Expresso* permite determinar que há diferença nos formatos jornalísticos e na hierarquia das notícias, como era expectável. Houve categorias com comportamento semelhante e outras com resultados muito diferentes. O *DN* e *O Século* apresentam, naturalmente, uma cobertura mais extensa, sendo este último o que produz mais formatos noticiosos. A ideia de valor-notícia e hierarquia fica confirmada nos dois diários, pelo elevado número de notícias, mas em ambos os jornais, as chamadas à capa tiveram a forte concorrência do tema Pacto MFA — Partidos e as nacionalizações. No entanto, a relevância não foi confirmada pelos efeitos de composição, considerando o baixo número de artigos de fundo, entrevista e reportagem. O *Jornal Novo* apresentou um número menor de notícias, até porque a sua publicação começa a 17 de abril e era um jornal de formato pequeno, com uma estrutura muito menos poderosa. Contudo, fez um grande esforço informativo. Os artigos tinham uma dimensão bastante maior e a estratégia explicativa era mais óbvia.

O semanário *Expresso*, ao ter periodicidade muito diferente, apresentou um menor número de notícias, mas o tema foi sempre chamada de capa e tratado de uma forma muito aprofundada. Apesar do tom crítico dos seus artigos, houve grande diversidade de géneros jornalísticos e os efeitos de composição foram evidentes. O *Expresso* publicou entrevistas com os principais atores do momento e não excluiu as posições mais radicais anti-eleição.

Nas duas décadas seguintes, a evolução da imprensa foi marcada pela herança histórica da ditadura, e também pelo período revolucionário. Entre 1976 e 1988, diversos fatores contribuíram para criar um ambiente contraditório nas relações entre a imprensa e os poderes políticos. Na sequência do 11 de Março, os principais grupos financeiros foram nacionalizados, onde se incluíram as empresas de média, que ficaram a pertencer ao Estado.

Durante esta fase, delinear-se duas perspectivas sobre o papel do jornalismo e da imprensa, que ficaram patentes na integração no setor privado ou setor público. Este último era dominante e caracterizou-se pela manutenção de uma dependência do poder político, uma

vez que a maioria dos meios de comunicação era apoiada pelo Estado, o que levou a formas de controlo político nas redações.

Ainda neste período, mas particularmente com o finalizar do processo de reprivatização dos jornais, um novo ciclo emergiu, com a criação de empresas e grupos jornalísticos, pelo lançamento de uma imprensa especializada, a afirmação do jornalismo investigativo e pela assunção da função de “watchdog”, típico de uma imprensa enquadrada num sistema democrático.

Considerando a dificuldade em delinear um marco teórico claro para o período em que predominou a imprensa estatizada, parece ter existido uma clara preferência por um tipo de jornalismo muito marcado pela agenda política. Este modelo deixou de fora os formatos de sensacionalismo ou jornalismo tabloide, típicos da imprensa popular anglo-saxónica, que não encontraram bom acolhimento no caso português. Apesar disso, algumas das construções narrativas características deste fenómeno, acabariam por ser adotadas por alguma imprensa portuguesa.

Partindo das conceções de jornalismo de referência e sensacionalismo e procuramos identificar estes enquadramentos definidores no *Expresso*, *Semanário* e *Tal & Qual*, para os anos 1983/1984, através do estudo de conteúdos.

O *Expresso*, pela organização editorial, pela preponderância dos temas de política, mas também pelo tratamento aprofundado de notícias mais complexas, entre outros múltiplos elementos, encaixa no modelo de jornalismo de referência, de acordo com a sua matriz fundacional.

O *Semanário* tem o mesmo propósito em termos de tratamento temático, mas o enquadramento dos títulos é muito mais valorativo. A abordagem crítica é também evidente pelo grande espaço dado ao comentário e opinião, em detrimento da notícia. Por outro lado, este jornal faz um apelo a um tipo de diferente de leitores através de uma inclusão continuada de “soft-news”. No plano das editoriais é semelhante ao jornal anterior, mas tem um tom mais ligeiro quer na forma de escrita, quer na variedade das notícias mais populares.

O *Tal & Qual* tem um propósito declarado de sensacionalismo. Cumpre o modelo definido no campo teórico enunciado e tem um enfoque forte em notícias de escândalo e de apelo sexual. A imagem é usada abundantemente e com o intuito de chocar. Os títulos são provocativos e os temas de sociedade preponderantes. Contudo, faz jornalismo de investigação e traz à luz uma das melhores histórias jornalísticas daquele período, embora sempre tratada de forma irreverente.

Os anos 90 do século XX em Portugal ficaram conhecidos como a década da imprensa. Houve uma inclusão de novos elementos de modernidade, sobretudo nos novos projetos jornalísticos, alguns dos quais se iniciaram mais cedo. A imprensa portuguesa adotou processos de readaptação e criaram-se novas linhas editoriais, que ofereceram uma maior diversidade temática e um jornalismo mais de encontro ao gosto de outros públicos. Os jornais procuraram outras formas de sustentabilidade como o corte de custos e a informatização das redações. Equipas de jornalistas novas e mais jovens, um maior dinamismo, *layouts* mais arrojados

representam alguns dos aspetos inovadores. A perspetiva evolutiva dos jornais portugueses para este período é-nos dada pela análise editorial de três jornais muito diferentes: *O Correio da Manhã*, *O Independente* e o *Público*.

Em 1979, apesar de o *CM* ser frequentemente definido como um projeto tabloide, a Política é uma constante no primeiro ano de publicação. Esta editoria era frequentemente chamada de capa e os enquadramentos discursivos não eram obrigatoriamente sensacionalistas. Graficamente, o jornal era pobre e pouco apelativo. Em 1990, a linha editorial do *Correio da Manhã* é a mesma, mas os elementos de tabloidização estão mais presentes. O jornal apresentou melhorias, cobertura mais ampla e maior diversidade, o que terá contribuído para o aumento do seu público.

O Independente foi um semanário diferente e esteve no centro de inúmeras polémicas. Tinha uma imagem gráfica nova e apelativa. Apresentava muita diversidade temática, com enquadramentos discursivos inovadores, muitas vezes provocadores ou chocantes. Era dirigido a um público jovem e urbano. Durante o ano de 1988, a Política foi o tema dominante. Do ponto de vista temático, o jornal apresentou temas de cultura tratados com grande qualidade. A literatura e outras artes também estavam presentes e reforçam a ideia de gostos claramente preferidos pelo seu público-alvo. A sua crítica mordaz atingiu atores dos diferentes quadrantes políticos, bem como diferentes instituições.

O Público, lançado em 1990, é claramente um jornal de referência, pela preponderância das editorias de Internacional e Política, bem como na forma cuidada no tratamento dos temas das demais editorias, pela qualidade dos seus textos e imagem gráfica, particularmente nos números iniciais.

O jornalismo de qualidade era óbvio nas editorias nobres. A desagregação do Bloco de Leste foi tema de agenda ao longo de todo ano, sendo o Internacional uma aposta clara do jornal, em termos temáticos. No final do ano e início do ano seguinte, o *Público* fez uma cobertura intensa da Tempestade no Deserto e dos acontecimentos que antecederam a guerra. A Política e Economia foram também temas de agenda primordiais e o jornal desenvolveu artigos de fundo e infografias para conseguir bons efeitos de composição. A inovação deste jornal está também presente na diversidade e originalidade temática em temas de Ciência, Cultura e Educação

A Revolução de Abril de 1974 inaugurou uma nova era para a imprensa portuguesa. O período revolucionário marcou os jornais na forma como noticiaram os acontecimentos, mas também na sua estrutura e propósito, como nos evidenciam os exemplos tratados nos estudos de caso. Depois da atribulada fase inicial, os jornais generalistas portugueses passaram por grandes dificuldades financeiras e durante quase uma década, a crise e o domínio da imprensa estatizada foram os vetores dominantes.

Gradualmente, novos projetos editoriais foram surgindo ou afirmando-se e o panorama noticioso tornou-se mais diverso e capaz de agradar a públicos mais diferenciados. Dentro da

iniciativa privada, os estudos de caso referidos apontam para essa variedade, mas também para o alinhamento com os processos de renovação nos jornais vividos a nível internacional. Esta tendência seria acentuada com a criação dos grupos de media e a entrada dos formatos digitais e multimédia, que são hoje os elementos estruturantes dos títulos que sobreviveram.

Bibliografia

- Correio da Manhã*: o jornal que nasceu para responder às preocupações do ‘homem da rua, *Público*, 19 de março de 2004.
- Agee, W. K. & Traquina, N. (1987). *O quarto poder frustrado: os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*. Veja.
- Alfaia, J. (1983). *Modernizar e garantir a liberdade: a comunicação social de 1981-82*. Grafiarte.
- Azevedo, C. (2020). Um Verão Quente no Diário de Notícias: Uma profunda análise do DN durante o Processo Revolucionário em Curso 1975, in J. P. Sousa, C. Baptista (Eds.), *Para Uma História do Jornalismo em Portugal* (pp. 249-264). Livros ICNOVA. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/e-book-para-uma-historia-do-jornalismo-em-portugal/>
- Broersma, M. (2019). Americanization, or: the rhetoric of Modernity. How European journalism adapted US norms, practices and conventions, in K. Arnold, P. Preston, S. Kinnebrock (Eds.), *The handbook of European communication history* (pp. 403-419). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781119161783.ch22>
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Livros Horizonte.
- Cádima, F. R. (1999). Os media na Revolução (1974-1976), in J. M. M. de Brito, *O País em Revolução* (pp. 321-358). Editorial Notícias.
- Campbell, W. J. (2001). *Yellow journalism: picturing the myths, defining the legacies*. Praeger Publishers.
- Carvalho, A. A. (1986). *A liberdade de informação e o Conselho de Imprensa: 1975-1985*. Direção-Geral da Comunicação Social.
- Cavaco, S. (2012). *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista os media no cruzamento de interesses políticos e negócios privados*. Edições Colibri.
- Conboy, M. (2006). *Tabloid Britain: constructing a community through language*. Routledge.
- Conselho de Imprensa (1979). *A imprensa escrita em Portugal: Abril de 1974 a Julho de 1976*. [Doc. Policopiado]. Conselho de Imprensa.
- Conselho de Imprensa (1983). *O que é para que serve?* Conselho de Imprensa.
- Direção-Geral de Comunicação Social (1990). *Imprensa escrita e jornalismo: legislação básica*. Direção-Geral de Comunicação Social.
- Esser, F. (1999). Tabloidization of news. A comparative analysis of Anglo-American and German press journalism. *European Journal of Communication*, 14(3):291-324. <https://doi.org/10.1177/0956474804043839>
- Faustino, P. (2004). *A imprensa em Portugal: transformações e tendências*. Media XXI.
- Figueira, J. (2007). *Os jornais como atores políticos: o Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Almedina.
- Franklin, et al. (2005). *Key concepts in journalism studies*. SAGE.
- Gomes, P. M. (2013). O *Jornal Novo*, a Revolução e a Liberdade de Imprensa. *Media & Jornalismo*, 12(2), 63-76.
- Gomes, P. M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Alêtheia Editores.
- Gomes, P. M. (2021). *A Imprensa na Revolução. Os Novos Jornais e as Lutas Políticas de 1975*. Imprensa Nacional.
- Gunther, R., Mughan, A. (2000). *Democracy and the media: a comparative perspective*. Cambridge University Press.
- Hallin, D.C. & Mancini, P. (2012). Conclusion, in D. C. Hallin, & P. Mancini (eds.), *Comparing media systems beyond the Western World* (pp.278-304). Cambridge University Press.
- Hallin, D.C. & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge University Press.
- Kurtz, H. (1993). *Media circus: the trouble with America's newspapers*. Random House.
- Hampton, M., Conboy, M. (2014). Journalism history: A debate. *Journalism Studies*, 15(2), 154-171. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2013.816547>
- Lima, H. (2012). *A Imprensa portuguesa e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- Lima, H. (2014a). Portuguese democracy and patterns of transformation in national newspapers: a comparative model approach. *Media Watch Journal*, (5)3, 345-357. <https://indianjournals.com/ijor.aspx?target=ijor:mw&volume=5&issue=3&article=007>
- Lima, H. (2014b). Elementos de censura en la prensa en la transición democrática portuguesa. La lucha por el poder editorial en *O Século y República*, in J. Gillaumet & F. Salgado. (eds.), *El periodismo en las transiciones políticas. Desde la revolución portuguesa hasta la primavera árabe* (pp. 21-34). Biblioteca Nueva.
- Lima, H. (2016). A imprensa na 3ª República, in J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (eds.), *Uma história da imprensa lusófona II — Portugal* (pp. 385-472). Media XXI.
- Mclachlan, S. & Golding, P. (2000). Tabloidization in the British Press: a quantitative investigation into changes in British newspapers 1952-1997, in C. Sparks, J. Tulloch (eds.), *Tabloid tales: global debates over media standards* (pp. 75-90). Rowman and Littlefield Publishers.
- Mesquita, M. (1994a). O caso República: um Incidente crítico, *Revista de História das Ideias*, 16, 507-554.
- Mesquita, M. (1994b). Os meios de comunicação social, in A. Reis (ed), *Portugal: 20 anos de democracia* (pp. 360-405). Círculo de Leitores.
- Patterson, T. E. (2000). *Doing well and doing good: how soft news and critical journalism are shrinking the news audience and weakening democracy — and what news outlets Can do about it*. Harvard University Press.
- Preston, P. (2004). Tabloids: only the beginning, *British Journalism Review*, 15(1), 50-55. <https://doi.org/10.1177/0956474804043839>
- Ribeiro, V. (2009). *Fontes Sofisticadas de Informação*. Media XXI.
- Ribeiro, V. (2014). Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 9, 231-248. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1204>
- Richardson, J. (2006). *Analysing newspapers: an approach from critical discourse analysis*. Macmillan Education.
- Rosa, G. P., Fafe, J. P. (2020). *Tal & Qual — Memórias de um jornalismo*. Âncora Editora.
- Santos, C. (1990). *Comunicação social: tempos de mudança*. Ministério da Juventude.
- Silva, E. C. (2004). *Os donos da notícia: concentração da propriedade dos media em Portugal*. Porto Editora.

- Sparks, C., Tulloch, J. (Eds.). *Tabloid tales: global debates over media standards*. Rowman and Littlefield Publishers.
- Spínola A. (1978). *País sem rumo: contributo para a história de uma revolução*. Scire.
- Thompson, J. B. (2000). *Political scandal: power and visibility in the media age*. Polity Press.
- Valente, L. & Costa, F. S. (2015). *O Independente. A Máquina de Triturar Políticos*. Matéria Prima.
- Vieira, J. (1998). A emancipação do jornalismo português (1945-1995), in *Portugal nas Artes, nas Letras e nas Ideias* (pp. 45-95). Centro Nacional de Cultura.